

**EXPOGRAFIA E
RESISTÊNCIA: um estudo de
caso da exposição de longa
duração do Memorial da
Resistência de São Paulo**

Gustavo Voltolini

Gustavo Voltolini

EXPOGRAFIA E RESISTÊNCIA: um estudo de caso da exposição
de longa duração do Memorial da Resistência de São Paulo.

Trabalho de Conclusão de Curso
(TCC) do Curso de Graduação em
Museologia do Centro de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade
Federal de Santa Catarina, como
requisito para a obtenção do Título de
Bacharel em Museologia.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Thainá
Castro Costa Figueiredo Lopes.

Florianópolis

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Voltolini, Gustavo.

EXPOGRAFIA E RESISTÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO DA EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO/ Gustavo Voltolini; orientadora, Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes, 2019.

119 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Museologia, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Ditadura. 2. Memorial da Resistência de São Paulo. 3. Expografia. I. Lopes, Thainá Castro Costa Figueiredo. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Museologia. III. Título.

Gustavo Voltolini

EXPOGRAFIA E RESISTÊNCIA: um estudo de caso da exposição de longa duração do Memorial da Resistência de São Paulo.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharel em Museologia” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Museologia - UFSC

Florianópolis, 20 de dezembro de 2019.

Prof.^a, Dr.^a Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.^a Dr.^a Inês Cordeiro Gouveia,
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.^a Dr.^a Leticia Borges Nedel,
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe, Rosângela Melatti, que desde muito cedo me ensinou valores fundamentais para a vida, por sempre me incentivar a seguir estudando e nunca desistir, por mais dificultoso que fosse o caminho. A minha orientadora Thainá Castro, pela paciência, pelas conversas e palavras reconfortantes, e por sempre me motivar a seguir em frente. Uma pessoa e profissional em quem me inspiro muito.

Meus agradecimentos a Letícia Felix, pessoa encantadora, que com muito amor, respeito e amizade tornou meus dias melhores. A minha irmã, Vitória, por desde sempre me ajudar a ver o mundo de outra forma, pelas longas reflexões existenciais e filosóficas, e por ser uma pessoa extremamente forte e amorosa.

Agradeço também a todos os amigos que fiz antes e durante a faculdade, pois cada um teve um papel importante em minha vida, e me auxiliou de alguma forma a chegar até aqui. Aos mestres e professores que tive durante a vida, que aos poucos ajudaram a moldar meus pensamentos e ideologias, e contribuíram em minha formação acadêmica.

Por fim, agradeço a UFSC pelas oportunidades de aprendizado ao longo dos anos.

RESISTIR. Verbo transitivo indireto e intransitivo.

Não ceder ao choque de outro corpo; opor força à força; defender-se; conservar-se firme; não sucumbir; não ceder; negar-se.
(Dicionário Aurélio)

Inspirado no site do Memorial da Resistência de São Paulo.

Dedico este trabalho a todos e todas que ousaram e ousam resistir.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar os elementos técnicos expográficos presentes na exposição de longa duração do Memorial da Resistência de São Paulo, a fim de demonstrar quais os meios utilizados para a transmissão do discurso expositivo. Para tal, é necessário nos familiarizarmos com o recorte temático da instituição: a resistência política referente à períodos ditatoriais. Desta forma, o trabalho analisa quais características possuem os regimes ditatoriais, como alguns deles foram implementados no Brasil, sobretudo na década de 1960, e como a atual política brasileira carrega traços em comum com estes regimes. Ainda neste sentido, o trabalho apresenta como o prédio, que foi utilizado como sede pelo Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo, foi ressignificado ao longo dos anos, se transformando em um lugar de memória, e que por meio de diversos processos resultaram no presente memorial.

Palavras-chave: Ditadura. Memorial da Resistência de São Paulo. Expografia.

ABSTRACT

This work aims to analyze the expographic technical elements present in the main exhibition of the Memorial da Resistência de São Paulo. To demonstrate which means are used for the transmission of the expository discourse. For this, it is necessary to be familiar with the thematic outline of the institution: the political resistance regarding dictatorial periods. In this way, the paper analyzes which features have the dictatorial regimes, how some of them were implemented in Brazil, especially in the 1960s, and how the current Brazilian policy carries common features with these regimes. Still in this sense, the work presents how the building, which was used as headquarters by the Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo, has been re-signified over the years, becoming a place of memory, and that through various proceedings resulted in the present memorial.

Keywords: Dictatorship. Memorial da Resistência de São Paulo. Expography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Opinião 65 - Obra: Os Generais, de Roberto Magalhães.....	31
Figura 2: Opinião 65 - Obra: B33 Bólide-caixa n 18 "Homenagem a Cara de Cavalo", de Hélio Oiticica.	31
Figura 3: Placa em homenagem ao golpe de 1964, no Clube Militar.	36
Figura 4: Planta baixa com o circuito expositivo.....	60
Figura 5: Planta baixa oficial.....	61
Figura 6 - Introdução, detalhe piso tátil.	62
Figura 7 - Entrada núcleo A, detalhe das laterais.	63
Figura 8 - Transição núcleos A para B, e núcleos B para D. ...	64
Figura 9- Núcleo B, parede 1.....	65
Figura 10- Transição Núcleo B para C.	65
Figura 11- Núcleo C, texto apresentação.....	66
Figura 12- Núcleo C, entrada.....	67
Figura 13- Núcleo D, parede de entrada.	68
Figura 14- Núcleo D, acervo do espaço.....	69
Figura 15- Núcleo D, espaço de pesquisa.....	69
Figura 16 - Planta baixa do Espaço Introdução	71
Figura 17 - Espaço Introdução, parede 1.	72
Figura 18 - Espaço Introdução, parede 2.	73
Figura 19 - Espaço Introdução, dinâmica dos quadros.	73
Figura 20 - Espaço Introdução, parede 3.	74
Figura 21 - Espaço Introdução, parede 4.	75
Figura 22 - Espaço Introdução, parede 5.	75
Figura 23 - Espaço Introdução, parede 6.	76
Figura 24 - Espaço Introdução, intervenção do público.	77
Figura 25 - Núcleo A, planta baixa.....	78
Figura 26 - Núcleo A, parede 1.....	79
Figura 27- Núcleo A, parede 3.....	79
Figura 28 - Núcleo B, planta baixa.	81
Figura 29- Núcleo B, linha do tempo paredes 2 e 3, e maquete.	82
Figura 30- Núcleo B, tópicos da linha do tempo.	82
Figura 31- Núcleo B, maquete.	84
Figura 32- Núcleo C, planta baixa.	85
Figura 33 - Núcleo C, corredor para acesso ao banho de sol... ..	86

Figura 34 - Núcleo C, corredor de banho de sol, espelho ao final.....	86
Figura 35 - Núcleo C, entrada cela 1.....	88
Figura 36 - Núcleo C, cela 1, parede 1.....	89
Figura 37- Núcleo C, cela 1, parede 1, um dos depoimentos. .	89
Figura 38 - Núcleo C, cela 1, parede 3.....	90
Figura 39 - Núcleo C, cela 1, parede 3, um dos depoimentos.	91
Figura 40 - Núcleo C, cela 1, saída e porta.....	91
Figura 41 - Núcleo C, cela 2, entrada.....	93
Figura 42 - Núcleo C, cela 2, projeção e acrílico.....	94
Figura 43 - Núcleo C, Diorama, cartas.....	95
Figura 44 - Núcleo C, cela 3.....	98
Figura 45 - núcleo C, cela 3, um dos vários registros das paredes.....	98
Figura 46 - Núcleo C, cela 3, banheiro.....	99
Figura 47 - núcleo C, cela 3, porta da cela.....	100
Figura 48 - Núcleo C, cela 4.....	102
Figura 49 - Núcleo C, cela 4, detalhe cravo vermelho.....	103
Figura 50 - Núcleo C, cela 4, saída.....	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAM – AGÊNCIA BRASILEIRA DE MUSEUS

AIS – ATOS INSTITUCIONAIS

DECON – DELEGACIA DO CONSUMIDOR

DEOPS – DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM
POLÍTICA E SOCIAL

DEOPS/SP - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM
POLÍTICA E SOCIAL DE
SÃO PAULO

IBRAM – INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

MAM/RJ – MUSEU DE ARTE MODERNA DO RIO DE
JANEIRO

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

MINC – MINISTÉRIO DA CULTURA

MRSP - MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO

UFSC – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
CATARINA

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. CAPÍTULO I - Ditadura e atualidade.....	19
2.1 DITADURA - CONCEITOS	20
2.2 POLÍTICAS DE MEMÓRIA: museus e ditadura no Brasil	26
2.3 DITADURA NA ATUALIDADE: paralelos das questões políticas atuais	32
3. CAPÍTULO II - DEOPS/SP e MRSP: a memória em um edifício	41
3.1 MEMÓRIA E LUGARES DE MEMÓRIA	41
3.2 DEOPS/SP E O EDIFÍCIO	45
3.3 CRIAÇÃO DO MRSP	48
4. CAPÍTULO III- ANÁLISE DA EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO DO MRSP	54
4.1 INFORMAÇÕES GERAIS DO MRSP	54
4.2 DESCRIÇÃO DA EXPOSIÇÃO	57
4.3 ANÁLISE EXPOGRÁFICA.....	70
4.3.1 Espaço Introdutório	70
4.3.2 Núcleo A.....	77
4.3.3 Núcleo B	80
4.3.4 Núcleo C.....	84
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	110
APÊNDICE A.....	118

1. INTRODUÇÃO

Durante meu período de graduação, tive o privilégio de realizar algumas visitas técnicas em diferentes instituições museológicas, e também, a oportunidade de realizar estágios em diversas áreas que dialogam intimamente com a Museologia. Entre minhas experiências, uma das exposições que mais me impactou, trazendo profundas reflexões pessoais, foi a visita técnica realizada pelo curso de Museologia ao Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP), vinculada à direção da Pinacoteca do Estado. Trabalhando com a temática de ditaduras no Brasil e tendo como sede um antigo prédio público, que fora utilizado para atividades policiais no período da ditadura militar, foi nesta instituição que tive a minha primeira experiência com os sentimentos de empatia e tristeza evocados por uma exposição, sentimentos estes, até então não presenciados em exposições anteriores onde fui visitante.

No que tange as experiências enquanto estagiário, tive a oportunidade em ser bolsista na Comissão da Memória e Verdade da Universidade Federal de Santa Catarina, que tinha o objetivo de realizar um levantamento de diversos documentos do período de regime militar brasileiro que envolvessem a UFSC, gerando por fim, um relatório institucional, apresentado e publicado pelos envolvidos. Este projeto, contou com um grande número de bolsista de diversas áreas, como por exemplo História, Cinema, Jornalismo, Museologia e Design, pude então, atuar na organização documental das informações que estavam sendo levantadas. Tive a oportunidade também, de realizar uma breve exposição fotográfica, que contou com o acervo de um jornalista, que na época do regime militar, era estudante da UFSC. Com a ajuda de amigos do curso, poucos materiais e quase nenhum conhecimento dos processos que envolviam a prática expográfica, realizamos a exposição fotográfica.

Passado o tempo, com mais experiências adquiridas, providas do contato com outras exposições, de aulas que permeiam o campo da Expografia, e tendo participação em um complexo projeto que envolveu planejamento, montagem, exibição, desmontagem e avaliação de uma exposição curricular realizada em 2018, pude então confirmar, este, como um campo imprescindível para a comunicação da instituição museológica com seus públicos, área esta que possui um significativo

potencial para se atingir uma transformação da sociedade por meio de experiências e reflexões.

Foram estas, as experiências que me conduziram a realizar uma pesquisa e escrever um trabalho sobre a temática que envolve a ditadura cívico-militar brasileira em paralelo com exposições museológicas.

E para isto, é preciso inicialmente, ter uma breve noção do Regime Militar que se instaurou no Brasil em 1964, pois é fundamental para entender a criação do MRSP, entretanto, não me aprofundarei na historiografia deste período, me atentando apenas às causas específicas que culminaram no Golpe de Estado da qual se instaurou a ditadura militar brasileira.

O Regime Militar no Brasil iniciou-se a partir de um golpe de Estado em 1964, onde fora derrubado o governo do então presidente João Goulart, e durou 21 anos, tendo seu fim em 1985. A causa do golpe civil-militar, decorreu de acusações, dos militares, de que o então presidente seria uma "ameaça comunista" e que juntamente de seus filiados e partidários, estariam planejando instaurar um governo comunista no país (NASCIMENTO, et al..., 2013.). Além da intervenção militar, foi necessário o apoio de diversas parcelas da sociedade para que o golpe tivesse êxito.

Deste ponto em diante, se instaurou o regime militar no Brasil, e uma série de medidas governamentais conhecidos como os Atos Institucionais (AIs), que foram do AI-1 ao AI-17, prorrogavam mandatos, extinguíam partidos políticos, estabeleciam eleições indiretas para a presidência e governadores e suspendiam direitos civis, abrindo lugar para diversas ações que violavam diretamente os direitos individuais e coletivos e direitos humanos.

Durante o período do regime militar em São Paulo, o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), que permaneceu em funcionamento até 1983, utilizou um antigo prédio da cidade para manter suas atividades em exercício, além de fazer uso de parte de suas instalações para o cárcere de diversas pessoas. É justamente neste prédio, onde funcionara o DEOPS, que o Memorial da Resistência foi criado, em 2009.

Primeiramente, o prédio que comportou o DEOPS, tinha sua gestão vinculada à Secretaria de Justiça, sendo posteriormente, transferida para a Secretaria de Estado e Cultura, que resolve dar um novo uso ao edifício. Dentre várias propostas, é decidido criar um memorial, e o prédio passa a abrigar o Memorial da Liberdade, em 1998, sendo esta, uma instituição voltada à história e memória do povo,

cuja gestão passou a pertencer à Pinacoteca do Estado de São Paulo em 2007, permanecendo até hoje. (NEVES, 2011, pg.77-78)

Durante este período de 2006 e 2007, militantes e ex-presos políticos fizeram mobilizações e reivindicações no edifício, o que resultou com que a Pinacoteca solicitasse um projeto museológico para o memorial. O projeto contou com diversos especialistas de diversas áreas, e deste projeto, nasce em 2008 o MRSP, enxergando o memorial não mais como sinônimo de liberdade, coisa que não houvera ali, mas sim como um sinônimo de resistência dos presos que ali passaram (NEVES, 2011, pg.85).

Partindo de um olhar museológico, é através da exposição que se dá a comunicação da instituição e seu acervo com seus públicos. Segundo Cury (2005) "a principal forma de comunicação em museus é a exposição, ou ainda, a mais específica, pois é na exposição que o público tem a oportunidade de acesso à poesia das coisas" (pg.34), desta forma, é necessário uma análise sensível de como se desenvolveu a concepção da exposição do memorial, de que forma é utilizado seu acervo, sua iluminação, fotografias, áudios e depoimentos de pessoas que ali estiveram, para proporcionar uma experiência profunda a seus públicos.

Esse processo de comunicação, que acontece através da "poesia" de uma exposição, dá a impressão de que isto sempre ocorre em museus, porém compactuo com os pensamentos de Blanco (1999, pg.38), de que essa comunicação não é um meio exclusivo dos museus, e pode muito bem ser utilizado em muitos outros locais que tenham vinculadas atividades museológicas, inclusive em um memorial.

Sendo assim, este projeto, embasado em todos os pontos até então levantados, pretende através da expografia, mais especificamente da exposição de longa duração do MRSP, explicar como se deu o processo conceitual, sensorial e material da exposição, e perceber como os públicos se relacionam com a mesma.

O principal fator de diálogo entre o visitante e a exposição é a comunicação, que se dá entre o emissor da informação e o receptor. No caso de museus e memoriais, onde ocorrem processos de comunicação museológica, o emissor é a instituição e os receptores são os públicos. Dentro dos conhecimentos da Museologia, um exemplo prático desta comunicação museológica se dá por meio da exposição, a partir do tema, que é o assunto histórico que vai tratar a exposição, a parte da mensagem expositiva cujo conhecimento será compartilhado entre o receptor e o emissor, essa mensagem é exposta e se desenrola ao longo

da exposição, sendo absorvida pelos públicos a partir de suas compreensões pessoais. (BLANCO, 1999, pg.107)

Os públicos que a exposição pode atingir são basicamente o público interno, aqueles que fazem parte da equipe do museu, e o público externo, visitantes no geral, que não fazem parte da equipe do museu. Dentro da comunicação museológica, vou trabalhar com o que diz respeito ao público externo, pelo viés do projeto expográfico e da exposição de longa duração do MRSP.

Desta forma, este projeto se propõe a analisar a exposição de longa duração do Memorial da Resistência, tendo em vista que as exposições, nunca são imparciais em suas comunicações. Toda exposição possui um discurso expositivo, ou seja, a exposição pretende passar uma mensagem, um conteúdo, que tenha uma relação significativa com os objetos expostos, e que seja interpretado por um ou mais públicos, utilizando-se das percepções sensoriais e sociais destes, para que se construa um sentido no conjunto exposto. Parafraçando Conduru (2006), todos os elementos presentes na exposição, como os objetos, os textos, mobiliários, legendas, edifício, etc, fazem parte do discurso expositivo, que está presente na exposição.

Os objetos sempre são propositalmente organizados, o que faz com que uma exposição tenha o intuito de induzir o público a alcançar uma mensagem pré-estabelecida, utilizando de elementos comunicacionais para isto, como a apresentação do tema, seleção e disposição dos objetos, discurso e circuito expositivo, entre outros. Somente ao analisar a exposição em toda a sua concepção é que conseguimos entendê-la como um produto principal do processo comunicacional.

Ao realizar uma análise da exposição de longa duração do MRSP, é perceptível notar a utilização de diversos recursos expositivos, usando como exemplo, há em algumas instalações, a iluminação direcionada que somada ao uso das celas e à pintura da sala, causam uma sensação claustrofóbica ao visitante, ou a utilização de áudios com depoimentos de pessoas que sofreram com a ditadura, sensibilizando quem os ouve. Estes entre outros aspectos da exposição que serão melhor explanados, proporcionam uma experiência específica para os públicos.

A partir da minha experiência pessoal com a exposição do MRSP, e de como este contato me proporcionou diversas reflexões pessoais e políticas, considero pertinente o estudo de caso desta instituição e de sua exposição, levando em consideração os documentos que resultaram na criação deste memorial, e qual a sua

representatividade para a sociedade brasileira. Além dos reflexos que essa instituição pode proporcionar a todas as camadas da sociedade, trazendo à tona momentos passados de repressão, como acontecimentos do regime militar de 64.

É importante trazermos para a discussão o nosso momento político atual, que demonstra um certo distanciamento de uma grande parcela de nossa sociedade com os acontecimentos deste período histórico. Neste sentido, é necessário refletirmos o porquê deste distanciamento social acontece, e se isso, de alguma forma, faz parte de um projeto político.

Este projeto, tendo como objeto de estudo a exposição de longa duração do MRSP, e abordando o contexto histórico do período de regime militar que se instaurou no Brasil em 1964, visa realizar uma análise da exposição, com o objetivo de compreender e levantar o máximo possível de informações pertinentes ao recorte dado. Sendo assim, esta pesquisa se enquadra em um estudo de caso, que conforme explicitado por Goldenberg (2005, pg.33), "o estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de uma caso concreto".

Primeiramente foi realizada a coleta de dados referentes ao MRSP, como por exemplo, decretos e documentos acerca de sua criação, além de plantas expográficas para analisar a exposição, onde posteriormente, se deu o devido tratamento das informações. Proporcionando subsídios necessários para entendermos do que se trata o MRSP e qual o tema abordado pela instituição. Partindo disto, será explicada a história de criação do memorial utilizando fontes secundárias. Também foi realizada uma revisão teórica, com o objetivo de aproximar o leitor dos conceitos que envolvem as práticas museológicas, memória, expografia, exposição e a comunicação museológica.

Em seguida, ocorreu a pesquisa para levantar os principais pontos que levaram ao golpe cívico-militar de 1964 a fim de contextualizar o leitor, e trazer discussões que permeiam esse período para a atualidade, através de pesquisas e reportagens.

Por fim, foi realizada uma visita *in loco* para a coleta de informações da exposição de longa duração. Após a triagem das informações coletadas, foi realizada uma análise descritiva da exposição, abordando os pontos que envolveram a construção expográfica e os relacionando com a parte teórica, que dispõe dos conceitos que envolvem a prática museológica da expografia.

Este trabalho tem como objetivos norteadores a análise do contexto de criação do MRSP e quais as práticas expográficas aplicadas na exposição de longa duração do memorial, e também de apresentar as causas históricas do regime militar de 1964 e como elas dialogam com a atualidade. Além de realizar uma análise técnica da exposição de longa duração do Memorial da Resistência.

Portanto, este trabalho defende que as exposições em espaços museológicos podem contribuir para uma reflexão política e pessoal de seus públicos, sendo esta experiência, decorrente das variadas práticas e metodologias que envolvem os campos da Expografia e da comunicação museológica. Neste sentido, torna-se relevante a realização de um estudo aprofundado sobre a exposição de longa duração do MRSP, a fim de, numa perspectiva de análise técnica da exposição e pesquisa dos processos que envolveram toda a sua concepção, explicitar quais foram os caminhos percorridos e técnicas utilizadas para a elaboração da experiência expositiva. É fundamental, para isto, apresentar qual o recorte histórico, temporal e político a que se destina o memorial e sua exposição de longa duração.

Este trabalho é construído em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta num primeiro momento, os conceitos de regimes ditatoriais autoritários e totalitários, abordando pontos que os diferenciam e os aproximam. Em seguida, apresenta quais foram os fatores sociais e políticos, que influenciaram na instauração de um regime militar ditatorial autoritário no Brasil em 1964. E por fim, aborda a partir de reportagens e pesquisas atuais, como nosso governo atual carrega traços em comum com regimes ditatoriais, com apoio de uma parcela da população brasileira que defende a volta deste, ou de regimes similares.

O segundo capítulo visa explicar a partir dos conceitos de memória e lugares de memória, e de um histórico do Departamento Estadual de Ordem Política e Social, como a sede do MRSP dialoga diretamente com o período do regime militar brasileiro. E através de documentos diversos, entender como foi criado este memorial e os processos pelos quais a instituição passou.

E por fim, o terceiro capítulo se propõe a apresentar informações gerais sobre o MRSP, e analisar tecnicamente a expografia da exposição de longa duração, visando apresentar como é construído seu discurso e como é transmitida sua mensagem.

2. CAPÍTULO I - Ditadura e atualidade.

Neste capítulo, será apresentado um breve relato sobre a história do período da ditadura civil militar brasileira, abordando os conceitos que tentam explicar de uma maneira simples o que é regime ditatorial, sob a ótica de autores conceituados sobre este assunto, dando ao leitor uma melhor noção dos assuntos que permearam este recorte histórico.

Além deste breve entendimento histórico e conceitual, é importante refletir sobre a herança deixada por este tipo de regime, que durou 21 anos, teve sobre as políticas de memória e esquecimento do País, que ao longo dos anos contribuiu para moldar a memória nacional brasileira. Relacionando a memória coletiva nacional com os espaços de memória no Brasil, torna-se necessário também, indagarmos sobre qual foi a posição mantida pelos museus frente a tal regime, quais funções essas instituições desempenharam nesse período para com a sociedade, e qual interesse do governo vigente nestas instituições.

A política atual carrega consigo grande influência destas políticas de memória e esquecimento impostas pelo Estado e por sua história oficial, que aparentam reforçar um enfraquecimento dos museus e em contrapartida estimular uma ascensão de pensamentos pró-ditadura decorrentes de uma política de esquecimento. Neste sentido, a sociedade com tais influências políticas, sofre um distanciamento das problemáticas que envolveram a ditadura, partindo assim, para um estado de alienação e aceitação política de grande parcela da população, de discursos favoráveis a este período por parte de nosso atual governo, e até mesmo a defesa da reinstauração deste ou de regimes similares, dado à grande confiança que a população possui nas Forças Armadas do País.

Com base no atual panorama político, torna-se necessário trazer discussões sobre a ditadura para a contemporaneidade a fim de buscar novos questionamentos e reflexões, levantando pontos que possam diferenciar ou aproximar o governo de hoje com os regimes ditatoriais passados utilizando autores sobre o assunto e reportagens atuais do jornal Folha de São Paulo¹. Nesta linha de pensamento, algumas reflexões acabam tomando certa pertinência, como por exemplo, por que não há museus sobre a ditadura no Brasil? Quais os impactos que a

¹ Jornal escolhido pelo fácil acesso às reportagens referentes ao governo Bolsonaro. Sem deixar de destacar que tal Jornal apoiou o governo ditatorial de 1964.

ausência de museus voltados a essa temática, trazem para a sociedade brasileira contemporânea? Por que não há promoção de políticas públicas que fomentem a criação de espaços de memória sobre a ditadura? Evidentemente estes questionamentos envolvem diversas e complexas questões políticas e sociais, além de um aprofundado estudo que apesar de importante, não será o foco deste trabalho, ficando essa pesquisa para outro momento.

2.1 DITADURA - CONCEITOS

Ao longo da história da humanidade durante o desenvolvimento das sociedades, houve vários governos ditatoriais ao redor do mundo, e o Brasil não foi exceção. Dentro dos governos ditatoriais brasileiros, nos propomos nesta pesquisa, analisar o ocorrido no período de 1964 a 1985. O regime ditatorial, ou ditadura, é amplamente aceita pela maioria das pessoas como sendo um regime político não democrático, onde o poder está em apenas uma instância, uma pessoa ou entidade política, havendo pouca ou nenhuma participação da população, ao contrário do que ocorre em um regime democrático, onde existe a participação popular nas decisões do País, e o poder costuma estar dividido em três esferas, o executivo, legislativo e judiciário. É comum também as pessoas entenderem como ditadura, qualquer regime político que não respeite os chamados direitos do homem (SPINDEL, 1981, pg.9).

Os países da América Latina na segunda metade do século XX, e especialmente o Brasil, foram vítimas de golpes políticos, passando a serem governados, em sua maioria, por regimes ditatoriais fortemente ligados às forças armadas. Todavia, um regime ditatorial não é instaurado unicamente a partir de um golpe de estado onde se é derrubado um governo democraticamente legítimo, e nem apenas por seus líderes, militares ou ditadores. É necessário também, para o êxito desta investida, a aceitação e o apoio de uma parcela significativa da sociedade para a implantação e permanência de tal regime.

O Estado é a instituição, aceita pela sociedade e representante desta como um todo, que permite a uma das classes desta sociedade exercer seu poder sobre as demais. Neste sentido, segundo Spindel:

o poder do ditador não emana de sua própria figura e nem é irrestrito: na verdade, ele emana de uma determinada classe social e só é irrestrito dentro dos limites estabelecidos pelos interesses econômicos desta classe social da qual ele é o

representante. Nada mais falso do que afirmar que a ditadura é o ditador. (1981, pg.8)

Regimes ditatoriais são instaurados, construídos e legitimados pelos governantes juntamente de uma parcela fortemente econômica da sociedade civil. Entretanto, nos cabe perceber que as ditaduras que aconteceram ou ainda acontecem ao redor do mundo, não foram iguais em suas causas e ideologias. Seria uma ingenuidade acreditarmos, por exemplo, em um contexto geral, que a ditadura nazista alemã teve as mesmas causas e objetivos que a ditadura militar brasileira, ou que tiveram abrangências políticas e duração temporais similares. Então, como diferir ou comparar estas ditaduras?

A ditadura enquanto conceito será dividido aqui em duas perspectivas, primeiramente a ditadura autoritária sob a ótica de Arnaldo Spindel, e posteriormente a ditadura totalitária incluindo a ótica de Hannah Arendt. Nesta linha de pensamento, segundo Spindel, “as ditaduras latino-americanas fazem parte de regimes políticos ditos autoritários: já o nazismo ou o fascismo recebem a qualificação de totalitários” (1981, pg.30).

Os regimes autoritários são regimes políticos ditatoriais onde as liberdades individuais encontram-se limitadas devido a ideias implantadas em nome da segurança nacional. Normalmente, o partido do governo está vinculado diretamente ao poder executivo, representado por uma só pessoa ou por uma junta, em geral militar, escolhida normalmente por métodos que variam conforme o País, mas que compartilham o fato de nunca serem através do voto direto. Conforme Spindel

Ainda que tais regimes tentem, por vezes, mostrar uma aparência democrática (partidos políticos, eleições ainda que indiretas para a maior parte dos cargos políticos, etc.), eles são marcados pelo fato de que as regras do jogo político podem ser redefinidas a qualquer momento, principalmente quando o Executivo está enfrentando algum tipo de dificuldade. (1981, pg.36)

É importante para estes regimes manterem um caráter democrático, para assim, terem maior aceitação popular, minimizando protestos e revoltas, diminuindo assim, a necessidade de utilização dos meios de coação do Estado. A ditadura autoritária constrói seu poder político através deste sistema de coação, que costumam ser as forças

policiais, o exército, o Judiciário e a burocracia envolvida. E são justamente nestes segmentos da sociedade, que são escalados para chefias os representantes das classes sociais dominantes da economia nacional, que possuem alguma relação com o governo. As mobilizações populares recebem grande atenção do Governo e de seu sistema repressivo, uma vez que:

A ditadura autoritária prefere não lançar mão de processos de mobilização popular (a não ser, eventualmente, quando estes são dirigidos para áreas bem distantes da esfera política, como o futebol, por exemplo), pois teme que o desenvolvimento destes processos escape de seu controle, que eles reavivem o nível de mobilização popular existente em regimes anteriores, e que com isso o feitiço se vire contra o feiticeiro. (SPINDEL, 1981, pg.38)

Os regimes autoritários utilizam também, com grande frequência, o controle dos meios de comunicação das massas com o intuito de reforçar sua dominação política. Por diversos meios de comunicação, estes regimes irão transmitir sua propaganda política, partidária e ideológica, conforme surgem novas tecnologias, novas serão as metodologias adotadas por estes regimes para o controle das massas e de suas opiniões.

Quando os meios de comunicação não atingem a eficácia esperada pelo regime autoritário, ele se utilizará de mentiras e informações imprecisas para confundir a massa popular, aplicará censuras em diversos meios sociais e culturais, como por exemplo: músicas, cinema, apresentações, manifestações populares, e outros meios que possuam o potencial de conscientizar e/ou alertar a sociedade sobre alguma informação do governo. Estas censuras, costumam estar calcadas nos órgãos repressores do Estado, como as Forças Armadas e o Judiciário, atuando legalmente conforme deliberações do Legislativo.

Nestes regimes, como dito anteriormente, o governo tenta com frequência manter uma postura democrática, para uma maior aceitação da sociedade, porém, possuem pouca ou nenhuma ideologia que seja consistente ou abrangente suficientes para convencer todas as camadas sociais, favorecendo assim, apenas uma parcela da sociedade, normalmente as de elevado poder econômico.

Em um regime autoritário, o Estado não tem a menor intenção de atender as reivindicações feitas pelas camadas populares inferiores,

além disso, fará o possível para distanciar a população das questões políticas, pois "a população deve cair em profunda apatia política; ela não deve se preocupar com os destinos políticos, econômicos e sociais do país, pois os salvadores da pátria já estão no poder" (SPINDEL, 1981, pg.38).

Assim como os regimes autoritários, os regimes totalitários, também são regimes políticos ditatoriais, mas que se diferem dos regimes autoritários basicamente pelo seu total repúdio à democracia formal e a proposição ideológica de um novo modelo político e social (SPINDEL, 1981, pg.43).

Esta classificação inicial, apesar de rasa, é suficiente para diferenciar as duas formas de ditaduras, entretanto para apontar quais suas características específicas será necessário nos debruçarmos um pouco mais em exemplos de governos totalitários, neste caso será utilizado como exemplo o nazismo alemão.

Primeiramente, existe no regime ditatorial totalitário uma ideologia oficial, que é veiculada e reproduzida com a maior intensidade possível. Esta ideologia é criada e disseminada pelo partido político, visando afastar a população da democracia, sendo assim:

[...] a negação da democracia formal tem como contrapartida a proposta de construção de uma nova sociedade, de uma sociedade perfeita. É sobre esta ideologia que vai ser construído o partido oficial, que é o único admitido legalmente. Este partido, rigidamente organizado e burocratizado, encontra-se intimamente ligado ao aparelho de Estado, chegando por vezes a confundir-se com este. (SPINDEL, 1981, pg.44)

Este partido possui um líder ou representante máximo, que conhecemos como "ditador", ele exerce o controle, tanto do partido quanto da sociedade, através de um impressionante aparelho de repressão, que lhe é totalmente subordinado. Este aparelho repressivo é acionado

[...] contra grupos étnicos para os quais a ideologia oficial desvia todo o ódio da população, ou contra os setores da população que não se mostram convencidos pela maciça propaganda oficial e tentam esboçar qualquer tipo de oposição. (SPINDEL, 1981, pg.44).

Em regimes totalitários, há um monopólio das informações na mão dos encarregados do partido, a propaganda oficial do partido, que transmite a ideologia do regime, utiliza de todos os meios de comunicação, para atingir a maior parcela possível da sociedade. A propaganda partidária atinge até mesmo os níveis científicos e de pesquisa do País, onde

[...] os intelectuais do partido tratam de produzir obras "científicas" que justificam a ideologia divulgada, não se preocupando quase nunca em obedecer aos mínimos preceitos científicos ou falseando até mesmo a História do país e da humanidade. (SPINDEL, 1981 pg.46).

Os partidos de regimes totalitários zelam fortemente por um sistema calcado na organização. Os membros destes partidos levam extremamente a sério a sua propaganda, e isto toma uma seriedade ainda maior no momento em que prezam mais por uma organização dos adeptos desta propaganda do que pelo extermínio físico dos seus oponentes. A organização e a propaganda são as duas faces da moeda deste regime (ARENDE, 1978, pg.460).

O governo totalitário tem uma incrível inclinação à aceitação popular, isso se dá pela sua capacidade de recrutamento de novos adeptos que se mostra eficaz para o controle das massas, uma vez que inseridos no próprio movimento os seus adeptos passam a permitir e a entender como necessário todo e qualquer crime, por mais terrível que seja, desde que realizado em nome da causa do partido. Ao citar o exemplo de Hitler, Arendt afirma:

A ascensão de Hitler ao poder foi legal dentro do sistema maioritário, e ele não poderia ter mantido a orientação de tão grande população, sobrevivido a tantas crises internas e externas, e enfrentado tantos perigos de lutas intrapartidárias se não tivesse contado com a confiança das massas. (1978, pg.392)

Ainda neste sentido, os adeptos do totalitarismo possuem fortes crenças no governo, que não são abaladas mesmo ante os crimes que possam eles virem a cometer, para Arendt:

o que é desconcertante no sucesso do totalitarismo é o verdadeiro altruísmo de seus adeptos. É compreensível que as convicções de um nazi ou bolchevista não sejam abaladas por crimes contra inimigos do movimento, mas o facto espantoso é que ele não vacila quando o monstro começa a devorar os próprios filhos, e nem mesmo quando ele próprio se torna vítima da opressão, quando é incriminado e condenado, quando é expulso do partido e enviado para um campo de concentração ou de trabalhos forçados. Pelo contrário: para o assombro de todo o mundo civilizado, estará até disposto a colaborar com a própria condenação e tramar a própria sentença de morte, contanto que seus *status* como membro do movimento permaneça intacto. (1978, pg.394)

Uma construção do pensamento das massas que atinja este nível de aceitação não ocorre tendo apenas o terror e a propaganda como as facetas do governo, o totalitarismo consegue organizar também as massas e não apenas as classes sociais elevadas (como ocorre no autoritarismo), pois necessitam, não apenas de grande força numérica, mas também de grande força bruta, “a tal ponto que os regimes totalitários parecem impossíveis em países de população relativamente pequena” (ARENDDT, 1978, pg.395). Para que isso ocorra, fazem uso de muita violência, terror e intensiva propaganda, tudo isto antes de tomarem o poder, espalhando assim sua mensagem à população e desencorajando seus oponentes partidários. Uma vez tomado o poder, a propaganda dará origem à doutrinação como forma de controle permanente da população em geral.

As ditaduras, sejam elas autoritárias ou totalitárias, influenciam profundamente as políticas de memória nacionais, pois deixam sequelas nos países onde elas ocorreram, que se refletem diretamente em como as populações futuras vão se relacionar com os fatos e ações dos governos destes períodos. A sociedade tem direito à memória, e as decisões políticas influenciam e constroem a sociedade neste quesito, utilizando para isso, a força do Estado (leis, decretos, etc) e de suas ferramentas (instituições, museus, memoriais, centros culturais, entre outros meios), decidindo assim o que deve ser lembrado e o que deve cair no esquecimento, elaborando desta forma, uma política de memória que será aceita e reproduzida pela sociedade.

2.2 POLÍTICAS DE MEMÓRIA: museus e ditadura no Brasil.

A ditadura que se instaurou no Brasil se deu a partir de um golpe de estado executado pelos militares, que resultou na queda do governo de João Goulart e ascensão dos militares ao poder. Além da intervenção por parte dos militares, foi necessário o apoio de diversas parcelas da sociedade civil para que o golpe tivesse êxito e o regime militar permanecesse no poder, como aponta Carolina Dellamore:

[...] desde o início de março de 1964, setores da classe média, da burguesia e parte da Igreja Católica, em diversas capitais, realizaram as conhecidas "Marchas da Família com Deus pela Liberdade", tendo como carro-chefe a bandeira do anticomunismo. Além da defesa da propriedade, da família, da fé e da moral, pediam também a saída do presidente do governo.[...] Na madrugada de 31 de março de 1964, o General Mourão Filho saiu com suas tropas de Juiz de Fora (MG) em direção ao Rio de Janeiro. Em 1º de abril, instaurou-se o golpe civil-militar, com o avanço de tropas de várias partes do país, a deposição e o exílio de João Goulart. (2011, pg.73)

Instaurado então o regime militar no Brasil, uma série de Atos Institucionais, conhecidos como AIs, foram implementados ao longo das duas décadas que se seguiram da ditadura. Estes atos, que iam do AI-1 ao AI-17, davam poder quase irrestrito aos militares no governo e à possibilidade de mudar as regras do governo como bem entendessem, abrindo espaço para uma série de benefícios aos governantes e diversas violações dos direitos individuais e coletivos, como por exemplo, a realização de eleições indiretas, onde os militares escolhiam sem a participação efetiva do povo quem seria o próximo chefe de Estado, extinção de partidos políticos, prorrogação de mandatos, ocorrência de prisões arbitrárias, torturas de diversas naturezas, sequestros, suspensão de direitos civis como o *habeas corpus*, exílios, banimentos, e até mesmo, como apresentado no AI-14, a aplicação de pena de morte em casos de acusados de guerra revolucionária ou subversiva.

Com o regime militar no Brasil rumo ao seu término, em 1979, é promulgada a Lei da Anistia, concedendo o perdão político a todos os envolvidos na ditadura, tanto a civis, exilados ou perseguidos pelo Estado que viviam na clandestinidade, quanto aos militares, que sob

ordens do governo realizaram inúmeras violações aos direitos humanos e individuais da população brasileira. E finalmente em 1985 o regime ditatorial é oficialmente dissolvido.

Não há como negar que os militares estiveram à frente da ditadura brasileira, todavia, como vimos anteriormente, nada mais falso do que afirmar que a ditadura se resume a seu ditador, ou à junta militar que o representa. Neste sentido, ignorar os civis que participaram ativamente do golpe e do regime militar e que tiveram fundamental contribuição para a consolidação e legitimação da ditadura ao longo dos anos, é uma forma sutil e cruel de ocultar das memórias da nação a participação da sociedade neste processo. Conforme Reis aponta sobre este processo de construção, "a ditadura no Brasil, até pelo longo período que durou, foi uma construção histórica. Impossível compreendê-la sem trazer à tona suas bases políticas e sociais - múltiplas e diferenciadas" (2014, pg.128). Tomamos assim, que a ditadura é fruto de um processo histórico, para lembrar que foi a sociedade quem a construiu (REIS, 2014).

Apesar de inegável a participação popular na ditadura iniciada em 1964, logo ao fim da mesma, a sociedade apega-se agora a valores democráticos, se agarrando a personagens democratas, e autodeclarando-se como uma sociedade democrática, posicionando-se contra a ditadura, negando ter colaborado ou até mesmo sido indiferente às ações autoritárias do Estado.(REIS, 2014)

Com a Lei da Anistia (1979) perdoando os envolvidos na ditadura, com a sociedade cada vez mais distante de sua participação antes e durante o regime militar, e com a imposição de uma memória oficial partindo do Estado, o autoritarismo tentou levar ao esquecimento eventos políticos específicos, contribuindo para a consolidação de uma política de esquecimento para as futuras sociedades, naturalizando e legitimando como necessários para a ordem nacional o uso da repressão, do autoritarismo, da violência e da impunidade aplicada pelos militares durante o período ditatorial. Isto tomou tamanha proporção, ao ponto de que atualmente, muitos brasileiros sequer conhecem os fatos e efeitos que envolveram a ditadura de 64 no Brasil.

As políticas de esquecimento promovidas pelo Estado, começaram ainda no regime ditatorial, com ações como a ocultação de corpos de presos políticos, que muitas vezes eram lançados a conhecimento público como "desaparecidos", não havendo notícia de sua morte, atestado de óbito ou mesmo de algum corpo para identificação, muitos casos como estes permanecem sem solução

atualmente². Tais políticas ganharam maior força com a lei de Anistia, que ao perdoar os envolvidos nas ações do Estado, negou punição e condenação dos envolvidos nas atrocidades do Regime Militar, lançando ao esquecimento a maioria dos assassinos e torturadores envolvidos.

As políticas de memória, surgem então, como uma luta contra a história oficial, e que devem se contrapor às políticas de esquecimento impostas pelo Estado, pois ela se embasa na memória coletiva dos grupos que sofreram com as atrocidades do governo. Conforme Ansara retrata, "a memória coletiva só retém do passado aquilo que está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém, ou seja, a memória de uma sociedade tem o limite da duração dos grupos" (2001, pg.48). Neste sentido, as políticas de memória são tratadas como um dissenso, contrapondo o consenso do discurso propagado pelo Estado e aceito pela maioria das pessoas, que leva a um esquecimento dos fatos. Segundo Ansara:

A ideia do *dissenso* é um elemento fundamental e necessário à elaboração de políticas da memória que possam se contrapor a uma memória oficial e consensual que tende a apagar as lutas de resistência da nossa sociedade, impondo saberes e imaginários coletivos que acabam sendo assimilados pelos indivíduos negando a esses mesmos indivíduos e à sociedade, especialmente às classes populares, o direito ao passado.(2012, pg.304)

Desta forma, é de grande importância a elaboração de políticas de memória que procurem tornar público o que foi ocultado pela história oficial durante o período de repressão, como enfatiza a autora, podemos começar

[...] abrindo os arquivos da época da ditadura, reconhecendo e indenizando as vítimas da repressão, condenando os que aplicaram tortura e violaram os direitos humanos, bem como incluir a política de preservação do patrimônio cultural e histórico que deve garantir, em todos os níveis, o

² Informações da Comissão da Verdade de SP. "A prática do desaparecimento forçado foi adotada de forma sistemática e generalizada pelo Estado brasileiro durante a ditadura militar (1964-1985)"

direito ao passado e à cultura a toda população, reconhecendo, inclusive, os espaços memoriais populares.(ANSARA, 2012, pg.310)

É nesta luta por se criar lugares de memória que as políticas de memória parecem se inserir. Cabe aqui ressaltarmos que os museus, enquanto instituições voltadas à preservação da memória possuem papel significativo na transformação da sociedade e grande influência sob as políticas de memória da população. Entretanto, é necessário reconhecermos que os museus também são instituições públicas, com íntima relação com o Estado, e que apesar de terem suas visões e valores, acabam por serem uma das ferramentas de legitimação do governo. É assim atualmente, foi assim na ditadura.

O governo ditatorial teve grande interesse na área da cultura e conseqüentemente pelos museus. Isso é percebido ao se analisar a criação do Conselho Federal de Cultura em 1966, inicialmente constituído por 24 membros, todos nomeados pelo Presidente da República, e que possuía as atribuições de:

[...] formular a política cultural nacional; articular-se com os órgãos estaduais e municipais; estimular a criação de Conselhos Estaduais de Cultura; reconhecer instituições culturais; manter atualizado o registro das instituições culturais; conceder auxílios e subvenções; promover campanhas nacionais e realizar intercâmbios internacionais. (CALABRE, 2006, pg.02)

Esse interesse na cultura tinha projeção para o campo dos museus, visto pelo número de museus que surgem no período de 1960 a 1980, com a criação de mais de 390 museus no Brasil, números que chamam a atenção se comparados à criação de museus em décadas anteriores, como por exemplo de 1901 a 1930 quando são criados apenas 29 museus³.

Os museus durante a ditadura, parecem ter assumido um papel de passividade frente às ações autoritárias do regime militar, uma vez que a censura do Estado às diversas formas de cultura haviam tomado grandes proporções, e afetavam diretamente as instituições museais e os artistas do País, especialmente aqueles voltados à arte e à música. Ao se

³ Dados extraídos da fala de Mário Chagas durante palestra em evento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina em setembro de 2019.

manterem em uma postura de silêncio e passividade, uma vez que a administração da maioria destas instituições estavam vinculadas ao governo, tornaram-se coniventes com a ditadura brasileira, demonstrando apatia para com a realidade social, e assim, o silêncio da censura talvez tenha se tornado mais cruel do que a voz da proibição do Estado.

Entretanto, assim como houve diversas resistências populares, havia também museus que se posicionaram contra o regime. Tomemos como exemplo o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM/RJ), que por vezes demonstrou resistência contra a ditadura brasileira, através de exposições como Opinião 65 (1965), Opinião 66 (1966) e Nova Objetividade Brasileira (1967). Claro que com tais posturas, não tardaria para que o MAM/RJ se tornasse alvo de perseguições do Estado, como apresenta Schroeder ao relatar a censura militar que ocorrera na Bienal da Bahia em 1969, proibindo a abertura da mesma, e que meses depois teve como alvo o MAM/RJ,

[...] a exposição no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, com os artistas que representariam o Brasil na VI Bienal de Jovens de Paris, foi suspensa antes de sua abertura oficial.[...] Maurício Roberto, arquiteto e diretor-executivo do Museu de Arte Moderna, recebeu um telefonema ordenando a suspensão da exposição no começo da tarde. Algumas horas depois, um funcionário do Itamaraty reforçou a ordem pessoalmente. Os trabalhos dos artistas foram então desmontados, encaixotados e guardados em um depósito. (2013, pg.120).

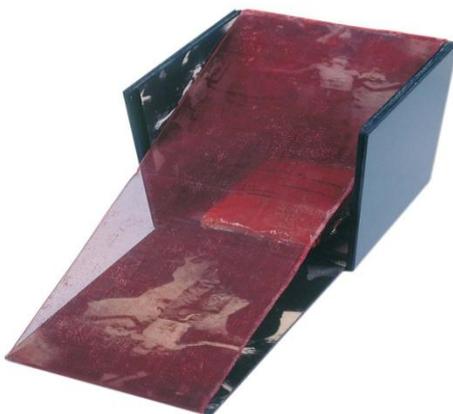
O posicionamento desta e de outras instituições, contribuíram para o fortalecimento de uma consciência e futuro pensamento para uma política de memória que pudesse favorecer de alguma forma o lado de quem sofreu com o regime ditatorial. Apesar do fim da ditadura na metade da década de 1980, as cicatrizes deixadas por este governo se arrastam até hoje, refletidas na política e na sociedade brasileira.

Figura 1: Opinião 65 - Obra: Os Generais, de Roberto Magalhães.



Fonte: Retirado do blog de Júlia de P. M. Siqueira. Opinião 65 está de volta.

Figura 2: Opinião 65 - Obra: B33 Bólido-caixa n 18 "Homenagem a Cara de Cavallo", de Hélio Oiticica.



Fonte: Retirado do site Prêmio Pipa, Opinião 65 - 50 anos depois.

Atualmente, é preocupante como nosso governo carrega consigo muitos aspectos em comum com regimes ditatoriais. A situação fica ainda pior quando analisamos e refletimos sobre a influência da ditadura na área cultural, evidenciando um afastamento da sociedade das

questões políticas do Brasil, além de que as políticas públicas em nada favoreceram para a criação de instituições e espaços que visassem expiar os crimes cometidos pela ditadura. Não possuímos no Brasil, nenhum museu reconhecido pelo Estado voltado a esta memória, existindo apenas memoriais e espaços culturais, que apesar do número bastante reduzido, seguem resistindo com exposições e comunicação com os públicos.

Refletindo sobre essas questões, podemos perceber que as políticas de esquecimento impostas pelo governo, tiveram muito mais êxito na construção da sociedade se comparadas com as políticas de memória, pois quase não há interesse do governo para a construção sistemática de monumentos, praças, prédios, estátuas e diversificados espaços de memória que favoreça os opositores do regime militar, pelo contrário, as políticas públicas que promovem o silêncio e o esquecimento, servem de ferramenta para aprofundar ainda mais as desigualdades sociais e a apatia política. Não possuímos museus voltados à memória deste período é uma decisão política que fortalece o apagamento da memória e distancia as futuras gerações daquela realidade, tendo em vista o poder político que um museu possui e legitimador de uma memória social, é necessária a criação de políticas para o fomento e fortalecimento destas instituições e espaços, pois possuem poder para conscientizar as comunidades para quem estes espaços são voltados.

2.3 DITADURA NA ATUALIDADE: paralelo das questões políticas atuais.

A política brasileira atual tem sofrido um grande choque de realidades, como por exemplo, ao mesmo tempo em que a sociedade brasileira aparenta caminhar rumo a uma nação onde prevaleça a democracia, surge a ordem do presidente da república para se celebrar o dia em que ocorrera o golpe militar que instaurou a ditadura no Brasil⁴, sendo que tais comemorações agridem diretamente a democracia nacional.

⁴"Presidente Bolsonaro orientou quartéis a celebrarem o aniversário do golpe de 31 de março de 1964". Folha de São Paulo. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/ordem-para-celebrar-golpe-e-inedita-nos-ultimos-20-anos-e-incomoda-tambem-militares.shtml?loggedpaywall>

Diante deste e de outros acontecimentos, torna-se necessário realizarmos certas comparações entre a atual conjuntura política brasileira, com o que foi brevemente apresentado aqui sobre as ditaduras.

Em um regime ditatorial, existe um controle quase absoluto das informações que chegam ao público, a desinformação toma lugar da informação, a mentira ou a propaganda oficial substituem a verdade. O povo afasta-se cada dia mais daquilo que é a realidade do País em que vivem. A desinformação, por um lado, e a coação física utilizada pelos meios de repressão do regime, por outro, lançam a maior parte da população num regime de medo e de alienação.

Na atual realidade tecnológica em que o mundo se encontra, é quase impossível manter o controle absoluto das informações, entretanto, como nos foi apresentado nas eleições de 2018, é possível que a opinião das camadas sociais seja tendenciada a partir de mentiras, informações imprecisas, visando confundir ao máximo as pessoas⁵, essas mentiras ou informações imprecisas, ficaram conhecidas como *fake news*⁶, mostrando assim que a propaganda oficial, veiculada pelo partido em questão, substituíra a verdade e por vezes, apresentava até mesmo argumentos fantasiosos, como o caso do *kit gay*⁷, onde supostamente o Ministério da Educação (MEC) havia distribuído material educativo para influenciar crianças à homossexualidade, fato este, desmentido pelo próprio MEC.

É interessante perceber como ao longo do tempo se estabeleceu uma apatia política na sociedade brasileira, são poucos aqueles que possuem um favoritismo ou alguma afinidade por algum partido político, seja ele qual for⁸, sendo perceptível um grande distanciamento

⁵Um estudo da organização Avaaz apontou que 98,21% dos eleitores do [presidente eleito](#) Jair Bolsonaro (PSL) foram expostos a uma ou mais notícias falsas durante a eleição, e 89,77% acreditaram que os fatos eram verdade". <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/90-dos-eleitores-de-bolsonaro-acreditaram-em-fake-news-diz-estudo.shtml>

⁶Notícias falsas, em uma tradução literal.

⁷"Em 2011, produção de um material do Projeto Escola Sem Homofobia causa polêmica e é chamado de "[kit gay](#)". A política previa vídeos e material para o professor, com foco no ensino médio. Após críticas e ataques, iniciativa é engavetada. Fernando Haddad (PT) era ministro da Educação". <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/10/saiba-como-surgiu-o-termo-ideologia-de-genero.shtml>

⁸"Mais da metade dos brasileiros não tem nenhum partido de preferência, aponta o mais recente [levantamento do Datafolha](#). Segundo a

entre a sociedade e as questões políticas do Brasil, uma profunda alienação política, que pode acabar por abrir brechas para governos mal intencionados ou de cunho autoritário.

Uma das características de governos autoritários é sua necessidade de aparelhamento militar em cargos estratégicos, já que tais governos, conforme Spindel são:

Provenientes ou caucionados pelas forças militares do país, as ditaduras autoritárias não subestimam jamais a necessidade do apoio destas forças para a sua manutenção. Na falta de um partido político efetivamente atuante e na falta de uma ideologia que sirva de base ao novo regime, o governo autoritário vai recompensar os militares pela ampliação de seu campo de ação. A rígida disciplina que faz parte da formação dos militares permite sua utilização satisfatória em diversos ramos do aparato do Estado: os militares passam a ser vistos nos mais diferentes pontos da burocracia estatal.(1981, pg.40).

Em nossa realidade política esta forma de pensamento não é diferente, há atualmente um grande aparelhamento do Estado, e os militares desempenham papel importante na manutenção do governo⁹, além de ocuparem postos significativos nos pilares estruturais do governo e em chefias de Estados. Paralelo a isso, a maioria da população aprova e apoia a presença de militares em cargos estratégicos do

pesquisa, 65% dos entrevistados afirmaram não ter uma sigla com que se identifiquem. O levantamento é feito desde agosto de 1989, quando 62% dos cidadãos afirmaram não ter legenda. Na época, o Brasil era governado por José Sarney (MDB), primeiro presidente civil depois da ditadura militar". <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/65-dos-brasileiros-nao-se-identificam-com-partidos-diz-pesquisa-datafolha.shtml>

⁹O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Dias Toffoli, afirmou neste sábado (6/4/19) que os "militares vêm desempenhando um papel de excelência, muito significativo" no governo de Jair Bolsonaro". <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/militares-desempenham-papel-de-excelencia-no-governo-diz-toffoli.shtml>

governo, conforme pesquisa do Datafolha, 60% da população considera positiva a atuação destes militares para o governo¹⁰.

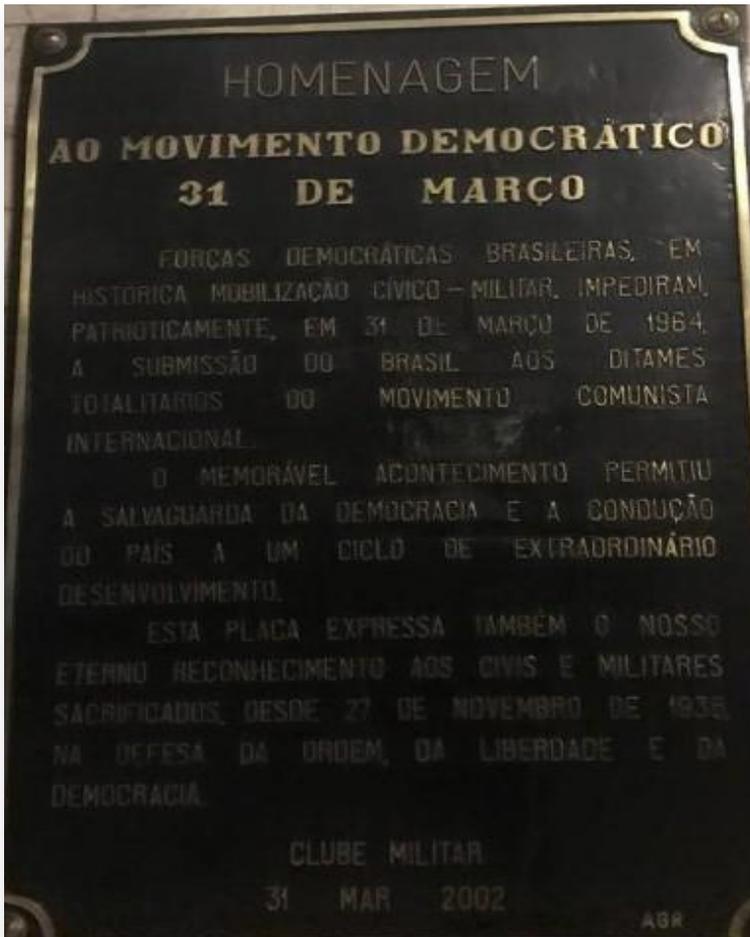
Apesar de todo o histórico do período de 1964 a 1985 não creditarem aos militares bons antecedentes, vistos os vários escândalos de prisões arbitrárias, torturas, sequestros, violações de direitos humanos e muitas outras ilicitudes, as Forças Armadas seguem como a instituição mais confiável para os brasileiros¹¹, neste sentido, é possível entendermos a aceitação de militares à frente de cargos públicos do governo por parte da sociedade civil. Estas aceitações da população, juntamente às liberdades fornecidas pelo governo, dão legitimidade para que os militares utilizem de mecanismos para a modificação da realidade histórica, ou para modificação à favor da realidade do lado dos militares, como por exemplo o Clube Militar do Rio de Janeiro¹². Instituição comumente conhecida por saudar nomes de militares renomados da ditadura brasileira, e que já em sua entrada refere-se ao golpe civil-militar de 64 como "movimento democrático" que protegeu a ordem e a democracia do Brasil. Esta instituição, por diversas vezes, foi foco das atenções e reconhecimento do Governo, visto que o atual vice-presidente da República, comandou esta instituição até o dia de sua efetiva posse.

¹⁰"Levantamento do instituto [feito entre os dias 2 e 3](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/maioria-aprova-a-participacao-de-militares-no-governo-diz-datafolha.shtml) aponta que 60% dos entrevistados consideram positiva para o país a atuação de militares no governo Jair Bolsonaro, ante 36% que a consideram mais negativa. Outros 2% se disseram indiferentes, e 3% não souberam responder". <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/maioria-aprova-a-participacao-de-militares-no-governo-diz-datafolha.shtml>

¹¹"Uma parcela de 45% dos brasileiros com 16 anos ou mais confia muito nas Forças Armadas, e 35% confiam um pouco. Há ainda 18% que não confiam nas Forças Armadas, e 2% não tem opinião a respeito". Pesquisa de opinião pública. Datafolha. <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/04/1987746-brasileiros-veem-forcas-armadas-como-instituicao-mais-confiavel.shtml>

¹²"No hall de entrada do Clube Militar, no centro do Rio de Janeiro, uma placa homenageia "o movimento democrático de 31 de março". Outra lista militares que durante o regime instaurado em 1964 "tombaram como vítimas de atos praticados por terroristas que queriam implantar uma ditadura comunista em nosso país". <https://saidapeladireita.blogfolha.uol.com.br/2019/04/10/apos-anos-de-ostracismo-clube-militar-ve-sua-ideias-triunfarem-com-bolsonaro/>

Figura 3: Placa em homenagem ao golpe de 1964, no Clube Militar.



Fonte: Retirada da matéria de Fábio Zanini na Folha de São Paulo.

A participação de militares em uma parcela grande do governo é um ponto preocupante, pois:

A tomada do poder por uma ditadura autoritária[...]acaba por implicar na imediata politização da maior parte dos quadros militares, não só devido à sua alocação nos principais pontos da estrutura que dirige o país, mas dentro da própria instituição militar, transformada, à falta de um partido político de peso, na instituição política mais importante da Nação. As diversas facções da elite econômica buscam, então, trazer para o seu time os oficiais das Forças Armadas, visando reforçar sua posição na condução dos destinos do país.(SPINDEL, 1981, pg.41)

Nesta linha de pensamento, fica evidente que o governo atual quer estreitar ainda mais os vínculos com as forças militares, como dito anteriormente, este governo possui pontos preocupantes em comum com os pontos de um regime autoritário. Tomemos como exemplo a relação íntima e alinhada entre os três poderes que embasam a República Federativa do Brasil, sendo este alinhamento político um dos grandes aliados para que autoritarismo funcione na legalidade, mantendo a relação entre o Estado (poder Executivo) e o Judiciário, que por sua vez, visa cumprir as leis (criadas pelo Legislativo), favorecendo de maneira efetiva as ações do Executivo, que passam a atuar dentro da lei. Claro que esta relação, em um regime autoritário, é muito mais fácil já que os poderes da nação se encontram em uma única entidade, todavia, alguns pontos devem ser analisados na atualidade democrática, onde os três poderes, a via de regra, atuam separadamente e cada um serve de freio e contrapeso para os demais.

Tomemos por exemplo, novamente a situação das comemorações do golpe cívico-militar de 64 a mando do Presidente, mesmo contra a opinião de grande parcela da sociedade, onde 57% dos entrevistados defendem que a data não merece comemoração alguma¹³, havia grande propaganda nos meios de comunicação para tal celebração.

¹³"Para a maioria (57%) dos brasileiros, a data que marca o início da ditadura militar no Brasil, 31 de março de 1964, deveria ser desprezada, e 36% se alinham ao presidente Jair Bolsonaro e sinalizam o contrário, que a data deveria ser comemorada. Há ainda um grupo de 7% que preferiu não opinar sobre o tema". Pesquisa de opinião pública. Datafolha. <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/04/1987703-maioria-rejeita-comemoracao-de-aniversario-de-golpe-militar-de-64.shtml>

Isto resultou em um pedido de liminar pela Defensoria Pública da União, alegando, com razão, afronta à memória e à verdade brasileira, além de gasto desnecessário de verba pública, pedido este, atendido por uma juíza da 6º Vara da Justiça Federal em Brasília, que decidiu pela proibição de tais comemorações¹⁴. Entretanto, tal determinação foi cassada no dia seguinte, em uma instância superior da Justiça Federal por uma desembargadora, que alegara defender o direito de um Estado democrático com pluralidade de ideias e projetos¹⁵. Ainda que em um desfecho geral, tais celebrações não tenham ocorrido de fato, houve casos isolados relatados pelo País, e até mesmo, ainda que celebrada eletronicamente, por instituições públicas¹⁶.

A agilidade e rapidez em se resolver problemas jurídicos e legais em prol do atual governo brasileiro, onde sabemos que as resoluções de problemas judiciais e legais andam a passos lentos, devido à grande burocracia envolvida, demonstra que o Judiciário possui uma relação próxima aos interesses do Executivo, e que este por sua vez, possui laços estreitos com as Forças Militares do Brasil. Segundo Spindel, estas características dialogam com alguns pontos encontrados em regimes autoritários:

¹⁴ "A juíza Ivani Silva da Luz, da 6ª Vara da Justiça Federal em Brasília, proibiu nesta sexta (29/03) o governo de [Jair Bolsonaro](#) de [comemorar o aniversário de 55 anos do golpe de 1964](#) no próximo domingo (31). Ela atendeu a um pedido de liminar apresentado pela Defensoria Pública da União, que alegou [risco de afronta à memória e à verdade](#), além do emprego irregular de recursos públicos nos eventos." <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/juiza-proibe-governo-bolsonaro-de-comemorar-golpe-de-1964.shtml>

¹⁵ "A Justiça Federal cassou a [liminar que proibia o governo](#) de promover a realização de eventos alusivos ao golpe de 1964, que completa 55 anos neste domingo (31).[...] A AGU (Advocacia-Geral da União) recorreu às 21h35 do mesmo dia e, na manhã deste sábado (30), a desembargadora Maria do Carmo Cardoso, corregedora da Justiça Federal da 1ª Região, derrubou a liminar". <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/justica-cassa-liminar-que-proibia-governo-de-comemorar-golpe-de-64.shtml>

¹⁶ "O Planalto divulgou neste domingo (31) em um de seus canais oficiais de comunicação um vídeo que comemora o [golpe de 1964](#), que resultou em uma ditadura militar de 21 anos no Brasil." <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/planalto-e-eduardo-bolsonaro-divulgam-video-que-celebra-golpe-de-64.shtml>

Baseadas na repressão, controlando o judiciário e a burocracia estatal, mantendo partidos políticos e embates eleitorais que para nada servem, espalhando medo e apatia entre a população, por meio do controle das comunicações de massa, baseadas numa ideologia pouco consistente, as ditaduras autoritárias dirigem, hoje em dia, um grande número de países, representando os interesses de uma minoria nacional ou internacional e relegando a maior parte da população a aviltantes condições de miséria.(1981, pg. 41-42)

No que tange à questão educacional, a política brasileira está em um ponto preocupante, além do presidente e de diversos conselheiros apoiarem abertamente a ditadura militar, o MEC propõe medidas extremamente perigosas para a memória e identidade nacional e para a educação pública como um todo, pois o ministério declarou que mudanças necessárias deveriam ocorrer nos livros didáticos, essas mudanças afirmam que o golpe militar não existiu e que o regime militar do período não se tratou de uma ditadura¹⁷. Tais mudanças trariam consequências para as futuras gerações que perdurariam muito mais que os mandados dos atuais governantes, além de contribuírem para um apagamento da história e memória nacional. Fazendo um paralelo a esse último aspecto, falsear ou até mesmo modificar a história do País e da humanidade em benefício de um governo, não respeitando os mínimos preceitos científicos, como visto anteriormente, é umas das características do regime ditatorial totalitário.

Em regimes ditatoriais, é recorrente a censura e até mesmo destruição de meios considerados subversivos, como por exemplo a queima de livros pelos soldados nazistas em praça pública em Berlim,

¹⁷ "O ministro da Educação, [Ricardo Vélez Rodríguez](#), afirmou que serão feitas mudanças no conteúdo dos [livros didáticos](#) do país no que diz respeito ao golpe militar de 1964 e a ditadura que se seguiu durante 21 anos. Para o ministro, não houve golpe, e o regime militar não foi uma ditadura. As declarações foram dadas em entrevista ao jornal Valor Econômico. "Haverá mudanças progressivas [no conteúdo dos livros didáticos] na medida em que seja resgatada uma versão da história mais ampla", afirmou Vélez." <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/livros-didaticos-vaio-negar-golpe-militar-e-ditadura-diz-ministro-da-educacao.shtml>

ou a censura de filmes, músicas, apresentações e peças teatrais ocorridas no Brasil. O controle da cultura é essencial para que regimes ditatoriais perdurem o maior tempo possível, e isso também acontece atualmente.

Logo nos primeiros meses do governo, teve fim o Ministério da Cultura (MinC), o que causaria um enfraquecimento ao fomento da cultura em todos os seus níveis, inclusive na área dos museus, que tivera um maior enfraquecimento do campo, pois além de perder o incentivo do MinC aos projetos que envolviam os museus, teve continuidade o projeto de extinção do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) iniciado em 2018 por Michel Temer, não havendo a realização de estudos preliminares ou consulta aos estudiosos da área, além de ser imposta a criação da Agência Brasileira de Museus (ABRAM) em substituição ao IBRAM¹⁸.

O fim do IBRAM, autarquia criada em 2009, seria um golpe à cultura, que enfraqueceria os museus e as políticas que os envolvem, e graças aos diversos debates e audiências ao longo de meses, a Medida Provisória que instituía a ABRAM e excluía o IBRAM foi rejeitada, todavia os museus e a cultura brasileira ainda correm riscos de censura neste governo, além dos cortes de verbas e fechamento de museus.¹⁹

As posições tomadas pelo atual governo brasileiro, seguem um curso perigoso para a memória e identidade do País, que apresenta características que nos remetem muito mais aos regimes ditatoriais autoritários e totalitários do que aos regimes democráticos. Como já visto, a ausência de museus, e os poucos espaços culturais e memoriais voltados para a conscientização da população em relação à ditadura de 64, contribui para uma ausência de reflexão da sociedade, contribui para uma alienação e apatia política da população, e contribui para uma política de memória cruel, que está voltada para o apagamento das atrocidades cometidas pelo Estado contra sua nação.

¹⁸ A Medida Provisória nº 850, que autoriza o poder executivo federal a instituir a Agência Brasileira de Museus (Abram) e assuma a gestão dos 30 museus vinculados ao IBRAM, que seria extinto. <http://www.museus.gov.br/medida-provisoria-do-minc-autoriza-instituicao-da-abram/>

¹⁹ Governo corta R\$ 12 milhões em verbas para o Museu Nacional. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/05/governo-corta-r-12-milhoes-em-verbas-para-o-museu-nacional.shtml>

3. CAPÍTULO II - DEOPS/SP E MRSP: a memória em um edifício.

Este capítulo visa apresentar primeiramente os conceitos de memória e lugares de memória, que estão presentes tanto nas discussões para a criação do memorial quanto no uso do edifício do Memorial da Resistência de São Paulo.

Em seguida, abordaremos aqui a história deste antigo prédio paulista que no período de 1964 a 1983 serviu como base de operações do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP), uma das polícias mais truculentas e representativas dos órgãos repressores do Regime Militar, sendo este edifício uma testemunha pétrea das violações aos direitos humanos que ali ocorreram contra perseguidos políticos do Estado, tornando-o um espaço de dor, um lugar de memória.

Neste sentido, torna-se imprescindível entender o que foi o Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), como e quando surgiu, como atuava e como ele foi utilizado como um aparelho de repressão pelo Estado durante vários momentos da história brasileira, em especial na ditadura civil-militar pós-golpe de 64.

Por fim, com o encerramento do DEOPS/SP, será apresentado os processos que culminaram na criação do Memorial da Resistência de São Paulo, e para tal, é necessário recorrermos à historiografia e aos documentos que permearam essa criação, notícias em jornais, decretos, pronunciamentos, e trabalhos acadêmicos que apresentem um histórico cronológico deste edifício.

3.1 MEMÓRIA E LUGARES DE MEMÓRIA

Ao falarmos de políticas de memória ou espaços voltados à memória logo pensamos em ações ou lugares que promovam tais memórias. Mas o que são memórias, e como elas podem se estabelecer em um lugar? Para entendermos o que é memória, devemos pensá-la como um elemento que auxilia um indivíduo ou grupo na construção de sua identidade, para Michael Pollak (1989), a memória é constituída por acontecimentos, pessoas, personagens e lugares. O autor define a memória como:

[...] um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de

coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (pg.16)

Ainda de acordo com Pollak, a memória é alvo de manipulações e defesas de interesses pessoais e coletivos, estando relacionada com o contexto e com a época em que foi produzida. O indivíduo ou grupo, ao buscar subsídios para sua identidade faz uso das memórias, sendo assim, no processo de construção de uma identidade nacional, a memória do coletivo se torna um poderoso instrumento. Conforme Le Goff (1990):

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (pg.476)

Podemos afirmar então, que uma memória é sempre de alguém ou de algum grupo e está suscetível a manipulações, objetivando a construção de uma identidade. Essas manipulações da memória podem acontecer por diversos meios, como por exemplo, através de propagandas, redes sociais entre outras mídias, que se utilizando de imagens, manifestações, áudios e casos do passado, buscam sensibilizar o receptor destas informações, modificando ou distorcendo as narrativas destas memórias, os reais acontecimentos ou os lugares que as envolveram, para consolidar no presente uma determinada memória ou identidade.

Seguindo o pensamento de Nora (1993), a memória enquanto uma representação do passado, é sempre reconstruída num presente que está em permanente mudança, navegando entre a lembrança e o esquecimento, e é vulnerável à manipulação conforme seu uso. É impossível lembrar de tudo, e desta forma é necessário esquecer algo, é neste momento que as narrativas da memória podem ser manipuladas, sendo possível escolher o que lembrar e o que esquecer. O autor traz

também que memória e história se completam, mas não se confundem em uma mesma coisa, pois estão em constante oposição. Segundo ele:

[...] a memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e à ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo” (pg.09)

A história oral por exemplo, é uma importante forma de se ter ciência dos acontecimentos passados, acessando vivências e experiências de pessoas ou grupos, por meio de depoimentos e testemunhos. Os depoimentos de pessoas que foram perseguidas, oprimidas, torturadas e/ou violentadas de alguma forma durante o período da ditadura militar, apesar de relativas pela história, são importantes fontes de conhecimentos que auxiliam na construção de uma memória coletiva.

A memória pode também estar cristalizada em um lugar, desta forma, uma determinada vontade de memória pode vir a consagrar lugares de memória, espaços que transportam memórias através da história, como por exemplos os “museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são marcos testemunhais de outra era” (NORA, 1993, pg.13). Segundo Nora:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os

varrera. [...] Se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória (1993, pg.13)

Ainda segundo Nora, as memórias estão em constante ameaça pela aceleração da história, pois estão inseridas em uma sociedade onde a tendência é de se perder os seus rituais e memórias, por isso a necessidade de se criar lugares de memória, esses lugares são restos de um outro tempo. Para o autor, os lugares de memória são lugares em todos os sentidos do termo, tanto material quanto imaterial, mas para que tais lugares sejam lugares de memória é necessário que se tenha uma vontade de memória, uma intenção que garanta sua identidade, sem isso, tais lugares seriam apenas lugares de história, “o que os constitui é um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobredeterminação recíproca” (1993, pg.22).

Os lugares de memória possuem um grande potencial de conscientização ao serem alvos de um olhar museológico, sobretudo os lugares materiais, aqueles espaços que foram palcos de arbitrariedades em um passado recente do país. A criação dos primeiros museus e memoriais implantados nos próprios lugares de memória onde os fatos de arbitrariedades ocorreram, tiveram início ao fim da Segunda Guerra Mundial, “como reflexo especialmente do Holocausto e, na sequência, pela necessidade de discutir os problemas sociopolíticos do seu tempo” (NEVES, 2011, pg.47).

Conforme Neves (2011), tais instituições são criadas, em sua maioria, a partir de iniciativas de cidadãos que sofreram com tragédias daquele período, a memória destes atores sociais “adquirem fundamental importância; e nesse mesmo sentido, quando sediadas nos próprios lugares de memória, a força do lugar (enquanto documento), potencializa seu poder de comunicação” (pg.50-51). É o caso do Memorial da Resistência de São Paulo:

[...] um lugar de memória por excelência por ter sido a sede de uma das polícias políticas mais truculentas do Brasil republicano, que nasceu da vontade política do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da

Cultura, da reivindicação de cidadãos, especialmente do Fórum Permanente de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, e do trabalho de profissionais de diferentes disciplinas e especialidades, como museologia, história, arquitetura, educação, comunicação visual e audiovisual, coordenados pela Pinacoteca do Estado de São Paulo. Essa conjunção propícia de fatores e o comprometimento com as potencialidades educativas e culturais inerentes ao espaço possibilitaram o delineamento do programa e do processo museológico. (NEVES, 2011, pg.51)

Percorrer tais lugares nos possibilitam lembrar de fatos ocorridos e de pessoas que ali estiveram, ou ao menos, possibilitam o acesso à essas memórias, contribuindo para a construção de uma memória coletiva e identidade nacional. Neste sentido, é importante entendermos quais os usos do edifício do MRSP antigamente pelo DEOPS/SP.

3.2 DEOPS/SP E O EDIFÍCIO.

O prédio que atualmente sedia o MRSP, criado pelo escritório de Francisco de Paula Ramos de Azevedo, foi inaugurado em 1914 e permaneceu em funcionamento até 1938, neste período alojou o escritório e armazéns da Estrada de Ferro Sorocabana que teve seu fim com a conclusão da estrada de Ferro. E segundo Neves, “a partir daí, o edifício sofreu várias reformas, mas desse período ainda restam quatro colunas que, pela localização, ficavam na área de embarque da Estação (e agora no meio das celas)” (2011, p.77). Entretanto, deste período, pouca informação se tem dos usos que o edifício tivera ou das reformas que suas instalações sofreram.

Em 1940, o prédio passa a abrigar em seu espaço a Delegacia Especializada de Explosivos, Armas e Munições, e nos anos posteriores, aloja divisões policiais vinculadas ao DEOPS/SP, que manteve suas atividades em funcionamento no prédio até sua dissolução, em 1983.

O DEOPS/SP surge através da Lei nº 2.034 de 30 de dezembro de 1924, tendo sob sua alcunha a Delegacia de Ordem Política e Social, que contava com a implantação de um aparato administrativo-legal de vigilância, controle e repressão da sociedade, tendo como função

assegurar e disciplinar a ordem do País. Anos mais tarde, na década de 1930, a Delegacia de Ordem Política e Social é repartida em duas divisões, a de Ordem Política e a de Ordem Social, sob o Decreto nº 4.780-A, de 28 de novembro de 1930. (CORRÊA, 2008, pg.1)

Em 1938²⁰, a Delegacia de Ordem Política e Social tem seu organograma alterado, sendo então supervisionada pela Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. Este órgão estatal era constituído, segundo Corrêa (2008, pg.1), pelo Gabinete do Delegado, pelas Delegacias de Ordem Política e Ordem Social, pela Delegacia de Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições e pela Delegacia de Fiscalização de Entrada, Permanência e Saída de Estrangeiros. Sobre as atribuições da Delegacia de Ordem Política e Social, a autora apresenta que sua função era:

[...] fiscalizar o fabrico, a importação, a exportação, o comércio, o emprego ou o uso de matérias explosivas; fiscalizar a entrada e permanência de estrangeiros; instaurar, avocar, prosseguir e ultimar inquéritos relativos a fatos de sua competência; proceder ao registro de jornais, revistas e empresas de publicidade em geral; inspecionar hotéis, pensões e semelhantes; fiscalizar aeroportos, estações ferroviárias e rodovias; proceder investigações sobre pessoas suspeitas, lugares onde se presume qualquer alteração ou atentado contra a ordem política e social; organizar, diariamente, boletins de informações de todos os serviços executados nas últimas 24 horas; e finalmente, identificar e prontuar os indivíduos suspeitos por crimes e contravenções atentatórias à ordem política e social, organizados em fichário apropriado, de modo a facilitar os trabalhos estatísticos de seu movimento e toda e qualquer investigação (CORRÊA, 2008, pg.2)

²⁰ Ditadura do Estado Novo, regime de Getúlio Vargas (1930-1945).

De 1945 a 1969, o DEOPS/SP contava com diversas delegacias policiais sob seu comando, sendo elas as Delegacias de Ordem Política, de Ordem Social, de Ordem Econômica, de Estrangeiros, de Armas, Explosivos e Munições, e o Serviço Secreto (CORRÊA, 2008, pg.3). Ao longo dos anos a estrutura sofreu mudanças, com algumas delegacias sendo extintas, outras anexadas. Neste sentido, destas delegacias buscaremos apresentar apenas duas, por possuírem maior relevância para as questões deste trabalho, sendo elas: a Delegacia de Armas, Explosivos e Munições²¹, e a Delegacia de Ordem Social²². A primeira tinha a função de fiscalizar a Delegacia Especializada em Armas, Explosivos e Munições, que por sua vez, realizava fiscalizações sobre a fabricação, “importação, exportação, comércio ou uso de matérias explosivas, inflamáveis, armas, munições e produtos químicos agressivos ou corrosivos” (CÔRREA, 2008, pg.4), entre outras medidas cabíveis a esses casos. A Delegacia de Ordem Social, sendo esta uma força policial especializada em crimes políticos, atuou diretamente na repressão contra as pessoas que fossem contrárias às decisões e ações do Estado, conforme explica Corrêa:

A Delegacia de Ordem Social era responsável por investigar todos os tipos de movimentos sociais, como greves, campanhas contra a carestia, associações de amigos de bairros, bem como fiscalizar a ação dos sindicatos e dos trabalhadores organizados, produzindo inquéritos, relatórios e prontuários de presos e investigar os movimentos nas cidades do interior do estado de São Paulo. As questões políticas ficavam a cargo de uma delegacia especializada. Além de acompanhar comícios e eleições, esse setor ainda fornecia informações sobre a situação política nas cidades do interior, dos partidos políticos, personalidades e cargos. Em seu acervo, encontram-se recortes de jornais agrupados por tema, relatórios e inquéritos que, por sua vez, também possuem duplicatas arquivadas na série

²¹ Delegacia esta, que em 1940, teve como sede de operações o prédio que abriga atualmente o Memorial da Resistência de São Paulo.

²² Que passa a ocupar o edifício na segunda metade da década de 1940 substituindo a Delegacia de Armas, Explosivos e Munições.

prontuários. A partir da década de 1960, com a demanda crescente do aparelho repressivo militar, essa delegacia ampliou suas atribuições, passando a investigar as ações dos movimentos estudantis e das organizações clandestinas. (2008, pg.3)

É neste período pós-golpe de 64, que uma série de prisões ocorrem em São Paulo, e utilizam das instalações do prédio para o cárcere de perseguidos políticos, abrindo margem a diversas violações de direitos.

Em 1983, o então governador de São Paulo, José Maria Marin, promoveu o encerramento das atividades do DEOPS/SP por meio do Decreto nº 20.728, de 4 de março de 1983. Mesmo com a desocupação do DEOPS/SP, o prédio continuou a sediar a Delegacia do Consumidor (DECON), até meados da segunda metade da década de 90. Até esta data, o edifício pertencia à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Governo do Estado de São Paulo (NEVES, 2011. pg.77).

Em 1997, São Paulo está passando por um processo de revitalização de seu centro, e a gestão do prédio é transferida para a Secretaria da Cultura. O prédio é então tombado como bem cultural em 1999, e tem-se início a um projeto de restauração, que só será concluído em 2002.

Somente com a transferência da gestão do prédio para a Secretaria de Estado e da Cultura, será pensado um novo uso para aquele prédio, dentre as diversas possibilidades, estavam: “uma biblioteca pública estadual, uma Escola de Ensino Superior ou Universidade Livre de Música, uma Escola de Teatro, e o Museu do Imaginário do Povo Brasileiro” (NEVES, 2011. pg.78).

3.3 CRIAÇÃO DO MRSP.

Com a finalização da reforma no prédio, é criado sob o decreto nº 46.507 de 21 de janeiro de 2002, o Museu do Imaginário do Povo Brasileiro, que conforme apresenta seu artigo 3º, tinha como finalidade a “coleta, difusão, preservação e estímulo à produção das artes e da cultura popular brasileira”. No mesmo dia, é criado também, o Memorial do Cárcere sob o decreto nº 46.508 de 21 de janeiro de 2002, e como aponta seu artigo 2º, tinha como objetivo “estimular o exercício

da cidadania e seus valores democráticos, por meio de mostras, exposições e outras manifestações artísticas e culturais”, entretanto, meses depois, o decreto nº 46.900 de 5 de julho de 2002, altera seu nome para Memorial da Liberdade.

Ambos espaços, são simbolicamente²³ inaugurados no dia 4 de julho de 2002, contando com a presença de autoridades, como o governador a época, Geraldo Alckmin, e o secretário da Cultura, Marcos Mendonça. No primeiro andar do prédio foi inaugurado o Memorial da Liberdade, que contava com exposições de longa duração de fotos e artes plásticas relacionadas ao tema da ditadura, como por exemplo direitos humanos, democracia, cidadania e resistência, utilizando o espaço das antigas celas do DEOPS/SP em suas exposições, que foram mantidas como registro da prisão política de diversas pessoas. Nesta mesma ocasião, são inauguradas também três exposições, “Cotidiano Vigiado - repressão, resistência e liberdade nos arquivos do Dops 1924-1983”, que ficava no espaço do Museu do Imaginário, e as exposições “Intolerância”, com telas de Siron Franco; e “Cidadania - 200 anos da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, com quadros de 30 artistas brasileiros inspirados nos direitos humanos, ocupando o espaço do memorial²⁴.

Sobre o Memorial da Liberdade, como aponta Neves em sua pesquisa, não foi encontrada nenhuma documentação que pudesse apresentar que tenha sido criado um projeto museológico para a criação do Memorial, ficando sua atuação limitada aos artigos previstos em seu decreto de criação, como citado anteriormente. Apesar do esforço do Estado em preservar os símbolos da resistência e da repressão no espaço, como o caso das celas prisionais, isto não impediu que durante a reforma do prédio “a maior parte das memórias do espaço prisional fosse apagada (as duas celas do interior, as quatro solitárias do “fundão” e os grafites, por exemplo)” (NEVES, 2011, pg.79). Ao que tange o nome, o Memorial da Liberdade foi assim “definido em virtude do que se esperava que houvesse naquele lugar que foi um dos maiores

²³ Em entrevista com a museóloga Maria Cristina Oliveira Bruno, que participou da equipe de criação do projeto do Museu do Imaginário do Povo Brasileiro, o mesmo não chegou a ser implantado.

²⁴ Cultura: Museu do Imaginário do Povo Brasileiro é aberto ao público. Portal do Governo. 2002. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/eventos/cultura-museu-do-imaginario-do-povo-brasileiro-e-aberto-ao-publico/>> Acessado: 15 de julho de 2019.

símbolos da repressão: a liberdade de ideias, que seriam debatidas em atividades educativas e culturais” (MENEZES & NEVES, 2009, apud, NEVES, 2011, p.81).

Estas ações, ocasionaram um descontentamento de parcelas da sociedade paulista, umas pela denominação do local, que de liberdade nada tivera ali, outras pelo apagamento das memórias do prédio, cobrindo as diversas manifestações, intervenções artísticas e registros de encarcerados, que tornou o local totalmente descaracterizado dos horrores ali presenciados e que em nada remetia a um presídio, a não ser pelas celas que ainda permaneciam. Outros ainda, se descontentaram pelo fato de não terem explorado o espaço pelo viés educativo e cultural que este possuía (NEVES, 2011, p.81). Não havia por parte do Estado, a intenção de se preservar a história e memória do local, como afirmam as falas do então secretário da Cultura, Marcos Mendonça, “que sempre sonhou em fazer do prédio um ‘espaço de felicidade’” (NEVES, 2011, pg.83), e do arquiteto responsável pela reforma do prédio, Haron Cohen, que afirmou ter procurado durante a reforma, “eliminar as lembranças da repressão”²⁵, e também por não ter tido a elaboração de um projeto museológico para o espaço. Como aponta Neves:

[...] acreditamos que é possível que não tenha havido, de fato, uma intenção de preservar e comunicar as memórias do DEOPS/SP, mas sim de transformá-lo em um espaço cultural e artístico. Porém, se houve essa intenção, foi inviabilizada pela ausência de um projeto museológico. (2011, pg.84)

Anos mais tarde, é publicado o decreto nº 48.461 de 20 de janeiro de 2004, que revoga o decreto de criação do Museu do Imaginário do Povo Brasileiro, e instaura no local a Estação Pinacoteca, vinculada à Pinacoteca do Estado de São Paulo, tendo como finalidade, segundo seu artigo 2º:

²⁵ Ex-prédio do Dops abrigará mostras. Estadão. 03 de julho de 2002.

Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral/ex-predio-do-dops-abrigara-mostras,20020703p47557>> Acessado em: 19 de julho de 2019.

I - a exposição de parte do acervo da Pinacoteca do Estado ou de obras cedidas em comodato;

II - a realização de exposições temporárias;

III - o desenvolvimento de trabalho educativo junto à população, em especial com crianças, jovens e portadores de deficiências. (SÃO PAULO. Decreto nº 48.461, 20 de janeiro de 2004. Diário Oficial, Poder Executivo, 21 jan. 2004. pg.2)

Em 2007, é transferido para a Pinacoteca do Estado, a gestão do Memorial da Liberdade. Neste período, uma série de reivindicações por parte da sociedade ocorrem em São Paulo, voltando novamente a atenção para o prédio, como apresenta Neves:

[...] várias atividades foram realizadas por militantes, ex-presos políticos e organismos governamentais, com o objetivo de renovar a mobilização em defesa de uma Justiça de Transição, os olhares de militantes (especialmente do Fórum Permanente de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo) se voltam para esse lugar de memória e as reivindicações de reformulação do espaço são acolhidas pela então administração do Estado.(2011, pg.85)

Ainda neste ano dá-se início, por parte da Pinacoteca do Estado, à solicitação de um projeto que fosse composto por diversos especialistas de diferentes áreas do conhecimento, como Museologia, História, Pedagogia, entre outros, e que agregando seus saberes e vivências, constroem a proposta do “Projeto Museológico de Ocupação. Memorial da Liberdade”, entregando meses depois, um projeto de memorial já voltado às questões museológicas, que afirmava seu compromisso em esclarecer o que havia se passado naquele prédio, envolvendo os crimes do Estado contra seus cidadãos (NEVES, 2011).

Em 2008 o nome do memorial passa a ser Memorial da Resistência de São Paulo, tendo seu novo projeto museológico inaugurado e implantado em 2009. O projeto do MRSP foi:

[...] concebido e implantado visando à ampliação da ação preservacionista e do potencial educativo e cultural do lugar. Mais que uma exposição de longa duração,(...) foi estruturado em ações voltadas à pesquisa, salvaguarda e comunicação patrimoniais e concebidas de forma a atuarem articuladamente, com o objetivo de fazer dessa instituição um espaço voltado à reflexão e promoção de ações que contribuíssem para o exercício da cidadania, para o aprimoramento da democracia e da conscientização sobre a importância do respeito aos direitos humanos. (NEVES, 2011, pg.85-86)

O projeto museológico que resultou no MRSP contou com a participação de inúmeros profissionais e também de militantes e membros do Fórum Permanente de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, que desde o início dos trabalhos se fizeram presentes. Para Neves, o memorial é resultado da:

[...] conjugação necessária, sob nosso ponto de vista, desses três elementos – da reivindicação da comunidade, do interesse do governo e da intervenção museológica –, mas podemos afirmar que foi o olhar museológico que viabilizou o processo desde o início e possibilitou sua continuidade, sem desvirtuar seu objetivo. (2011, pg.75)

Em 2010 é criado o Plano Museológico para o MRSP. Este é um documento estrategicamente elaborado para guiar as ações e processos que uma instituição museológica e sua equipe devem seguir para alcançar seus objetivos. Conforme Bruno:

Os processos museológicos desenvolvidos em museus, memoriais, centros de memória e outras instituições congêneres têm sido embasados por documento norteador, reconhecido recentemente pela legislação nacional como Plano Museológico, que é elaborado a partir da articulação entre um

diagnóstico institucional e a proposição de estratégias referentes à consolidação das linhas programáticas, de acordo com a conjuntura delineada pelo modelo de gestão. Por um lado, esse documento busca explicitar e assegurar a vocação institucional, no que se refere às singularidades e potencialidades e, por outro, tem a função de evidenciar as necessidades de realinhamentos e de ações estratégicas, com vistas à superação de problemas identificados. Acima de tudo, espera-se que um plano dessa natureza permita à instituição museológica a inserção qualificada nos cenários das políticas patrimoniais e de educação” (BRUNO, 2010, p.3).

Para a criação do Plano Museológico do MRSP, foi convidada a museóloga e professora de Museologia, Maria Cristina Oliveira Bruno, que além de ter ampla experiência em questões que envolvem a gestão e o planejamento de museus e instituições congêneres, participou ativamente em todos os processos que antecederam e envolveram a criação do memorial. O plano museológico também contou com participação das museólogas Beatriz Cavalcanti e Francisca Figols, e de outros profissionais vinculados à Estação Pinacoteca.

O plano museológico busca permitir a consolidação e expansão do MRSP, “a partir do enfrentamento dos problemas identificados e da reverberação de suas potencialidades” (BRUNO, 2010, pg.44), estando embasado pelas questões relativas à Missão, Visão e Valores da instituição.

4. CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DA EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO DO MRSP

Este capítulo, dividido em três momentos, visa primeiramente apresentar informações gerais sobre o Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP), trazendo ao leitor noções sobre seu funcionamento, localização e demais informações.

Entendendo a exposição de longa duração como uma peça-chave para o funcionamento das linhas de ação do MRSP, será apresentado, na segunda parte deste capítulo, uma descrição do espaço expositivo, a fim de ambientar o leitor.

Por fim, no terceiro momento, será apresentada uma análise técnica dos recursos e estratégias utilizadas na exposição, aproximando o leitor das noções técnicas que permeiam a expografia.

4.1 - INFORMAÇÕES GERAIS DO MRSP

O Memorial da Resistência de São Paulo é uma instituição voltada à temática de ditaduras no Brasil, com foco no decorrente do Golpe de 64. Ele fica localizado na cidade de São Paulo, no Largo General Osório, próximo da Estação da Luz e da Pinacoteca de São Paulo, pela sua excelente localização, o acesso urbano ao memorial pode ser feito facilmente de várias formas, como o uso de ônibus ou metrô por exemplo.

A instituição tem o seu funcionamento de quarta a segunda-feira, das 10h às 17:30h. Possui a entrada gratuita, com possibilidade de agendamentos das visitas, que podem contar com ações educativas e culturais, além de promover também cursos e oficinas para o público em geral.

O prédio possui banheiros e guarda-volumes, além de um pequeno café e bilheteria para a comodidade dos públicos. No térreo, está a exposição de longa duração e o espaço para exposições de curta duração²⁶, que possuam temas dialogando com os da de longa duração. Os andares superiores se destinam a espaços administrativos, biblioteca e exposições de curta duração sobre diversas temáticas, sendo a maioria delas relacionadas com a temática principal da instituição.

²⁶ As exposições de longa duração duram 1 ou mais anos, e as de curta duração duram de 1 a 6 meses.

O MRSP é a única instituição museológica que trabalha com o tema da Resistência Política voltada à ditaduras no Brasil, como enfatiza Hugues de Varine-Bohan: “o Memorial, em razão de seu objeto e da amplitude de seu projeto, não tem equivalente no Brasil. Não há um modelo a seguir, por isso ele se vê obrigado a inventar sua própria caminhada” (ARAÚJO, BRUNO, 2009, pg. 217). O memorial tem como missão:

[...] a pesquisa, a salvaguarda e comunicação de referências das memórias da resistência e da repressão políticas do período republicano brasileiro, tendo como sede o edifício que abrigou o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – Deops/SP, de forma a contribuir para a reflexão crítica acerca da história contemporânea do país e para a valorização de princípios democráticos, do exercício da cidadania e da conscientização sobre os direitos humanos. (BRUNO, 2010, pg.47)

Tais pontos o tornam uma importante instituição para a reflexão, visando a transformação social, através de cursos, pesquisas, exposições, ações educativas e culturais, projetos e programas que o mesmo participa e desenvolve. O MRSP está estruturado em seis linhas de ações, sendo elas:

- **Centro de Referência:** conexão em rede com fontes documentais e bibliográficas ampliando o acesso a estas informações;
- **Lugares de Memória:** identificação e inventário dos espaços da memória localizados no estado de São Paulo, expandindo o alcance preservacionista do Memorial;
- **Coleta Regular de Testemunhos:** registro de testemunhos de ex-presos políticos e de familiares de mortos e desaparecidos, para a construção de

um banco de dados referencial sobre o DEOPS/SP;

- **Exposições:** apresentação de exposição de longa duração, cujo conceito gerador servirá de base para exposições temporárias com outros enfoques, proporcionando novos olhares sobre as questões relativas aos temas centrais do Memorial;
- **Ação Educativa:** construção de diálogos entre o discurso expositivo e o público, por intermédio do desenvolvimento de processos formativos para educadores (ensino formal e não formal), da realização de visitas orientadas e da produção de materiais pedagógicos de apoio;
- **Ação Cultural:** promoção de eventos para atualização das discussões sobre as práticas de controle e repressão, e as ações dos grupos de resistência durante regimes autoritários, e até mesmo democráticos, com abordagens multidisciplinares que possam renovar as interpretações sobre o passado recente. (ARAÚJO, BRUNO, 2009, pg. 56)

O objetivo era que “essas linhas de ação, que partem da exposição de longa duração, extrapolem os limites físicos das quatro celas remanescentes” (ARAÚJO, BRUNO, 2009, pg. 57), possibilitando assim uma ampliação dos contextos que envolveram as ações do DEOPS/SP e sobre a importância dos movimentos de resistência testemunhados pelo conjunto carcerário. Por conta destas linhas de ações e desde 2009 ser:

“Membro Institucional da Coalizão Internacional de Sítios de Consciência, uma rede mundial que agrega instituições constituídas em lugares históricos dedicados à preservação das memórias de eventos passados de luta pela justiça e à reflexão do seu legado na atualidade”. (MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO, 2019)

Em 2015, o memorial recebeu o Prêmio Direitos Humanos, da então Secretaria de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da

Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, na categoria Direito à Memória e à Verdade, sendo esta a “mais alta condecoração do governo a pessoas e instituições que se destacam na defesa e na promoção dos Direitos Humanos no Brasil” (NEVES, 2016, p 68).

Como mencionado anteriormente, a exposição de longa duração possui um importante papel dentro do MRSP, influenciando diretamente nas linhas de ação do mesmo, pois:

[...] o eixo gerador das ações do Memorial se organiza em torno da exposição de longa duração, cuja concepção partiu do compromisso de restituir, às quatro celas remanescentes da antiga sede do DEOPS/SP, dignidade patrimonial, fazendo jus à importância da resistência política para a construção de caminhos democráticos e à relevância da reabilitação desse espaço para consolidação de estratégias educacionais a favor dos direitos humanos. (ARAÚJO, BRUNO, 2009, pg.61)

Levando em consideração a importância da exposição de longa duração para todo o funcionamento do MRSP, o foco deste trabalho será voltado agora para a mesma.

4.2 – DESCRIÇÃO DA EXPOSIÇÃO

A palavra “exposição” pressupõe que algo seja exposto à apreciação, no caso de instituições museológicas podemos entender que, de uma forma bastante sucinta, a exposição é o resultado da ação de expor os objetos em determinado espaço para a visualização do visitante. Entretanto, para entendermos o que é uma exposição, devemos primeiramente imaginá-la como um discurso que será apresentado ao público. Segundo Conduru:

Se formos pensar a exposição como um discurso, logo iremos concluir que todos os elementos de uma exposição são constituintes do seu discurso: os objetos em exibição, os textos de apresentação e os explicativos, as imagens complementares, as legendas das peças, a ficha técnica, o aparato de segurança das peças e do público (tanto os equipamentos quanto o pessoal), o mobiliário, o

edifício, os agentes envolvidos (curadores, técnicos e demais autores), as instituições que realizam, promovem e patrocinam a mostra. (2006, pg.63)

Sendo assim, a exposição faz o intermédio entre a instituição e os públicos, possui a função de comunicar uma mensagem a estes públicos, e sua forma de apresentação vai interferir diretamente nessa comunicação, pois “uma exposição é uma unidade e é assim percebida pelo visitante durante a visitação” (CURY, 2005, pg.101), então para compreendê-la precisamos olhar para os artifícios que a constitui.

Conforme Fernández e Fernández (2010), podemos dizer também que “*La exposición es un método y una estrategia para ver, conocer y comunicar, con ella se organiza el espacio y el pensamiento; es representación, escenificación y relato; y es consumo de masas y espectáculo singular*”²⁷ (2010, pg. 2). Pensar as exposições enquanto uma estratégia comunicacional e de consumo dos públicos é importante para entendermos que tudo que está ali, e não apenas os objetos nela expostos, foi previamente pensado e organizado, cada coisa contribui de alguma forma para transmitir uma mensagem ao visitante.

Toda exposição possui uma ideia, um tema que pretende abordar. Conforme Blanco:

La idea de la exposición se concreta en un tema. El tema es el asunto de que va a tratar la exposición y debe ser bien identificado por el equipo productor de modo que sea reconocible por el receptor. Es decir, el tema es la parte de mensaje expositivo cuyo conocimiento comparten el receptor e el emisor. El tema es el contenido conceptual de la exposición, el concepto global que la sintetiza y que, la vez, se desarrolla a lo largo de la exposición. Forma parte de los

²⁷ A exposição é um método e uma estratégia para ver, conhecer e comunicar, com ela são organizados espaço e pensamento; é representação, encenação e história; e é consumo de massa e espetáculo singular. (Tradução nossa)

conocimientos que se quieren transmitir ²⁸ .
(BLANCO, 1999, pg.107)

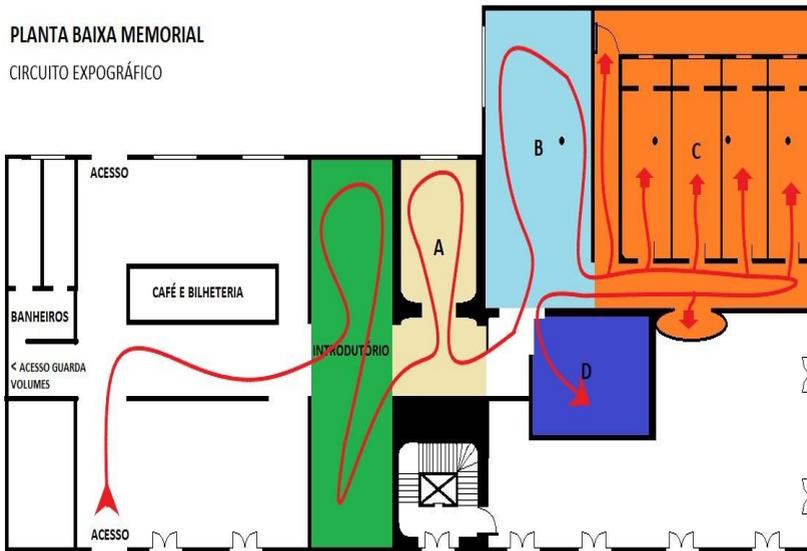
Sendo assim, o tema desta exposição, transmitido pelo emissor (memorial), é a resistência política durante a ditadura, que será reconhecido pelo receptor (visitante) da informação. Essa comunicação acontece ao longo da exposição, enquanto o visitante vai se apropriando do espaço e do tempo expositivo, conforme explica Cury:

Caminhar pela exposição é apropriar-se do espaço e do tempo. Ao apropriar-se do espaço o público cria uma trajetória (circuito) própria, e a apropriação do tempo se manifesta no ritmo de visitação. As formas de apropriação desses dois elementos são de livre-arbítrio do público. Esses dois elementos são constitutivos da exposição e da interpretação e essenciais para a narrativa discursivo-expositiva apresentada ao público para discussão. (2009, p.94)

Para podermos entender a exposição de longa duração do MRSP enquanto um discurso e processo estratégico que visa comunicar uma mensagem para o visitante, primeiramente devemos ter uma noção de como a mesma está construída.

²⁸ A ideia da exposição é especificada em um tema. O tema é o assunto com o qual vai lidar a exposição e deve ser bem identificado pela equipe de produção para que seja reconhecida pelo receptor. Ou seja, o tema é parte de uma mensagem expositiva cujo conhecimento é compartilhado pelo receptor e emissor. O tema é o conteúdo conceitual da exposição, o conceito global que a sintetiza e que, ao mesmo tempo, se desenvolve ao longo da exposição. Faz parte dos conhecimentos que desejam transmitir. (Tradução nossa)

Figura 4: Planta baixa com o circuito expositivo.

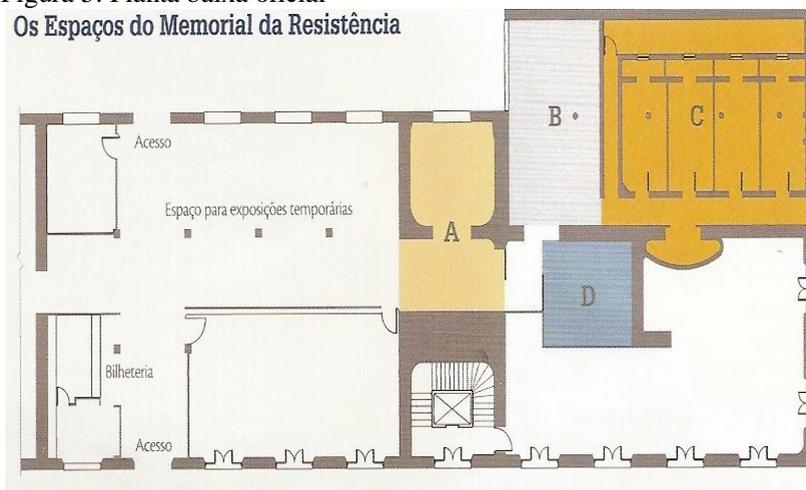


Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Como observado acima na planta expográfica do MRSP, a exposição é dividida em quatro núcleos expositivos, de A a D, e mais um espaço destinado a exposições de curta duração, que antecede o núcleo A, este espaço será chamado aqui de “Introdutório”, apesar de não fazer diretamente uma introdução à exposição de longa duração, uma vez que ambas são independentes.

Os núcleos são divididos em uma lógica cronológica, definindo assim seu circuito expositivo. Logo após o espaço introdutório, é apresentado ao visitante acontecimentos que vão desde a criação do prédio e seus usos ao longo dos anos, até os documentos salvaguardados após o fim do regime militar de 1964.

Figura 5: Planta baixa oficial
Os Espaços do Memorial da Resistência



Fonte: Retirado do Folder informativo do Memorial da Resistência de SP.

O espaço introdutório oficialmente não faz parte da exposição de longa duração e tem seu espaço modificado em relação à planta baixa oficial do memorial, como visto na imagem acima. Todavia, por ser um espaço dedicado à exposições de curta duração, que neste caso, acaba complementando a exposição de longa duração com fotografias, depoimentos e informações sobre a ditadura civil-militar de 64 na cidade de São Paulo.

O espaço possui seis paredes utilizadas, sendo a parede 1, a primeira à esquerda do visitante logo após a entrada no espaço, e a parede 6, a primeira à direita do visitante logo após a entrada. Como esta parte da exposição não está na planta baixa e logo não possui um circuito expositivo explicitado, optei por fazer o circuito a partir do piso tátil dedicado ao público com deficiência visual, neste sentido, fazendo uma espécie de circuito em círculo, partindo em sequência da parede 1 à 6, como na imagem abaixo. A primeira metade do espaço, das paredes 1 a 3, é pintado de azul escuro com detalhes em laranja, e a segunda metade, das paredes 4 a 6, pintado em azul claro com detalhes em laranja.

Figura 6 - Introdutório, detalhe piso tátil.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

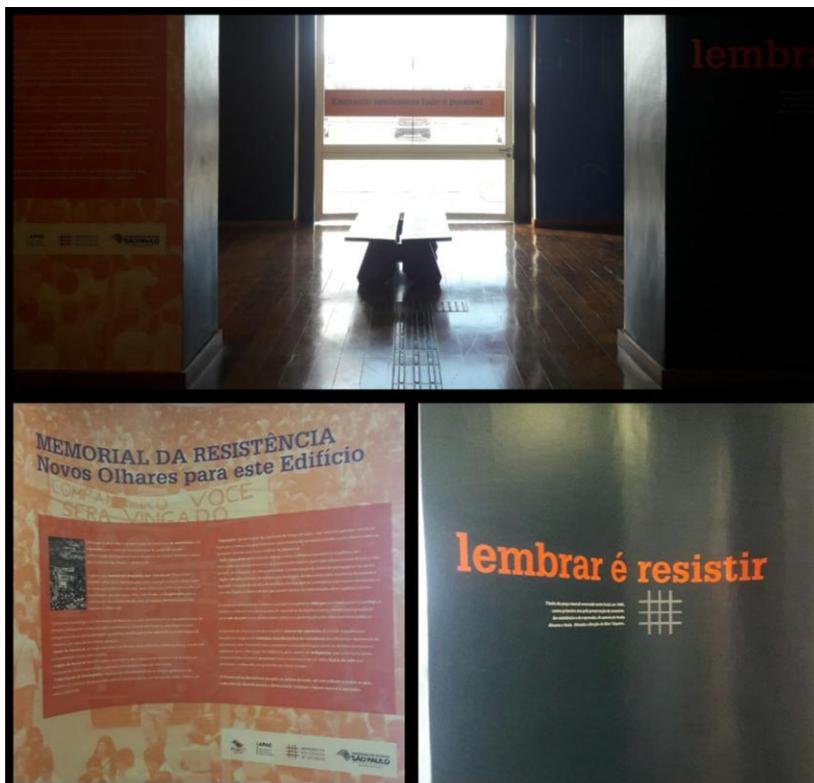
A transição entre o espaço introdutório e o núcleo A se dá de uma forma bastante fluída, não havendo objetos ou paredes os separando.

Adentrando à exposição em direção ao núcleo A, intitulado “O edifício e suas memórias”, sendo este um espaço bastante iluminado, pintado na cor verde escuro com um banco de madeira no centro, e normalmente utilizado para acolhimento dos visitantes.

Na entrada do núcleo, ao lado esquerdo uma plotagem com um texto em primeiro plano, intitulado “MEMORIAL DA RESISTÊNCIA - Novos Olhares para este Edifício”, apresentando um texto de boas-vindas, e explicando como o espaço foi ressignificado, em plano de fundo uma imagem de um protesto durante a ditadura. Do lado direito da entrada, se encontra a frase “lembrar é resistir”²⁹.

²⁹ Este foi o título de uma peça e “informa que a peça teatral encenada neste lugar foi a primeira forma de preservação e chama a atenção que a memória é uma forma de resistência”. (Neves, 2011, pg.105)

Figura 7 - Entrada núcleo A, detalhe das laterais.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

A transição entre o núcleo A e o B é marcado pelo livro de registro e sugestões³⁰, é neste espaço que se dá também a transição do núcleo B para o D.

³⁰ Ao lado do extintor de incêndios na imagem.

Figura 8 - Transição núcleos A para B, e núcleos B para D.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

O núcleo B, pintado na cor azul escuro, e intitulado “Controle, repressão e resistência: o tempo político e a memória”, há uma plotagem de diversas reportagens e imagens, intitulada “CONTROLE, REPRESSÃO E RESISTÊNCIA: a memória preservada”. Há também dois monitores televisivos com tela interativa (*touch screen*) para uso dos públicos. Ao fim desta parede, está uma grande janela, que permite a vista de dentro para fora do prédio e a entrada de luz natural. Na parede seguinte há uma longa linha do tempo.

Figura 9- Núcleo B, parede 1.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

A transição do núcleo B para o C, acontece de forma orgânica, uma vez que esta acontece no mesmo espaço, tendo uma placa indicativa (com escrita em braile) na parede que separam os dois núcleos.

Figura 10- Transição Núcleo B para C.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

O núcleo C, intitulado “A construção da memória: o cotidiano na cela do Deops/SP”, tem seu início dentro no núcleo B na última

parede, que com uma plotagem de texto, ao mesmo tempo finaliza o Núcleo B e inicia o Núcleo C. A plotagem contém a imagem de uma das celas antes das reformas.

Figura 11- Núcleo C, texto apresentação.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

A entrada para o núcleo C é um corredor, que dá acesso a um outro corredor para banho de sol, a quatro celas carcerárias e a um pequeno espaço expositivo nomeado diorama, a cor predominante deste núcleo é cinza chumbo (do chão até a altura do topo da porta) e branco (do topo da porta ao teto), deste ponto em diante não há mais o piso tátil, a não ser no espaço diorama.

Figura 12- Núcleo C, entrada.



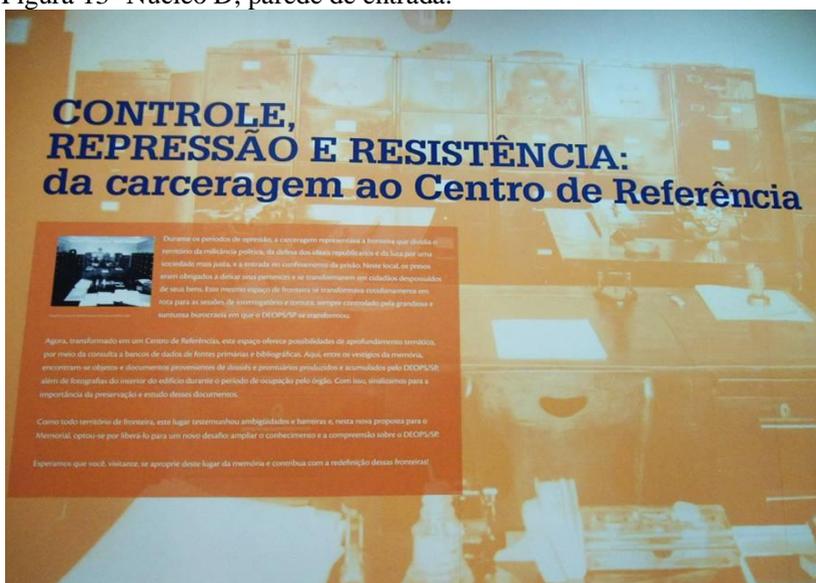
Fonte: Fotografia do autor (2019).

Ao fim do circuito expositivo do núcleo C, e voltando pelo corredor, o visitante se dirige ao núcleo D, como visto anteriormente, a transição do núcleo C para o D se dá perpassando pelo núcleo B, e assim alcançando o núcleo D.

Por fim, o núcleo D, logo na sua entrada possui uma parede com um texto explicativo do núcleo, intitulado “Da carceragem ao Centro de Referência”, este espaço transformou uma antiga sala de carceragem em um espaço para ampliação do conhecimento sobre questões que envolvem regimes ditatoriais, oferecendo “possibilidade de aprofundamento temático, por meio da consulta a banco de dados referenciais, além de uma amostragem de objetos e documentos provenientes do Fundo DEOPS/SP” (Site). E também:

No centro desse espaço existe uma vitrina com objetos cedidos pelo Arquivo Público de São Paulo e que fazem parte do Fundo DEOPS/SP, e reproduções fotográficas que mostram a suntuosidade dos escritórios e outras dependências deste órgão de controle e repressão. Ainda nesse espaço, um arquivo completa a ambientação sobre o ambiente de trabalho dessa instituição. (ARAUJO, BRUNO, 2009, pg.96)

Figura 13- Núcleo D, parede de entrada.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

Figura 14- Núcleo D, acervo do espaço.



Fonte: Imagem retirada do site do Memorial da Resistência.

Figura 15- Núcleo D, espaço de pesquisa.



Fonte: Imagem retirada do site do Memorial da Resistência.

4.3 ANÁLISE EXPOGRÁFICA.

Conhecendo a exposição de longa duração do MRSP de um modo geral, entendendo que ela forma um discurso e que tudo o que está nela faz parte deste discurso, partiremos para uma análise mais aprofundada das técnicas e metodologias utilizadas para a construção da mensagem que pretende ser transmitida nesta exposição.

Primeiramente, buscaremos aqui contextualizar o leitor sobre o que é a expografia. Este termo foi elaborado em 1993 por André Desvallées, e refere-se às técnicas voltadas para concepção, organização e manutenção do espaço expositivo, segundo o autor “*L’expographie vise à la recherche d’un langage et d’une expression fidèle pour traduire le programme scientifique d’une exposition*”³¹ (2011, p.599). A expografia então, através de abordagens como circuito expositivo, iluminação, cores, suportes, sinalização, tecnologias midiáticas, textos, ambientes, comunicação visual, entre outros, visa estabelecer uma forma de linguagem entre os objetos expostos e o visitante, estabelecendo aí, uma relação entre ambos. Através desta relação entre o sujeito (visitante) e o objeto, a comunicação do discurso a qual a exposição se propõe, pode ocorrer.

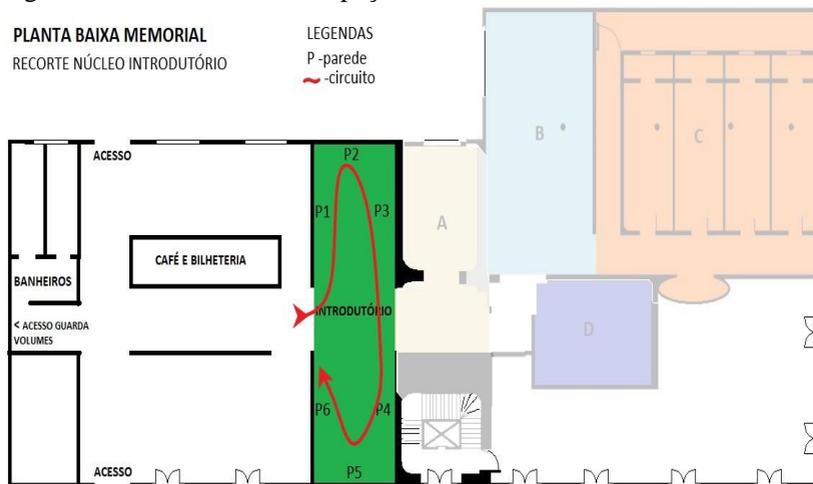
Entendendo que a exposição é pensada para comunicar e que “*el discurso expositivo es el contenido de la exposición o mensaje que se pretende transmitir*”³² (BLANCO, 1999, p.106), e que todos os recursos expográficos presentes nela serão determinantes para formar uma linguagem que transmita este discurso, apresentaremos abaixo uma análise dos recursos expográficos presentes na exposição de longa duração do MRSP.

4.3.1 Espaço Introdutório.

³¹ A expografia visa a pesquisa de uma linguagem e de uma expressão fiel para traduzir o programa científico de uma exposição. (Tradução nossa)

³² O discurso expositivo é o conteúdo da exposição ou mensagem que se pretende transmitir. Tradução nossa.

Figura 16 - Planta baixa do Espaço Introdutório



Fonte: Criado pelo autor.

O espaço introdutório conforme visto na planta acima, possui a exposição de curta duração “Lugares de Memória: repressão e resistência em São Paulo” é dividido em seis paredes, e como dito anteriormente, seu circuito é percorrido de forma circular.

A parede 1 conta com um televisor, que transmite um vídeo de depoimentos de ex-presos políticos em *loop*³³, uma plotagem de um protesto durante a ditadura, e 37 quadros interativos, que são divididos em três blocos, formando grandes quadrados.

³³ "Laço" em uma tradução literal do autor. Isso significa que ao chegar ao fim, o vídeo irá reiniciar, finalizando assim um laço, um ciclo, ou um *loop*.

Figura 17 - Espaço Introdutório, parede 1.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

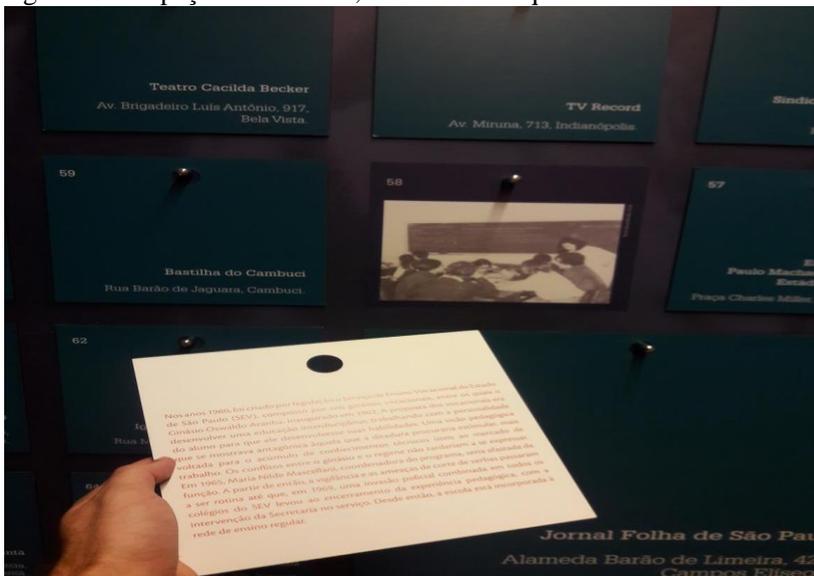
A parede 2 possui em plano de fundo uma plotagem de protestos e pessoas encarceradas durante a ditadura, e em primeiro plano 52 quadros interativos, divididos em quatro blocos, formando grandes quadrados. Estes quadros, presentes nas paredes 1, 2, 3, 4 e 5, funcionam da seguinte forma: possuem um título em seu anverso o qual destina-se a apresentar um local de repressão ou de resistência na cidade de São Paulo. Ao remover o quadro da parede, logo abaixo há uma fotografia referente ao título do quadro, e no verso do quadro há um texto informativo contextualizando o fato e a foto.

Figura 18 - Espaço Introdutório, parede 2.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

Figura 19 - Espaço Introdutório, dinâmica dos quadros.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

A parede 3 possui em plano de fundo uma plotagem de um protesto durante a ditadura, e em primeiro plano 26 quadros interativos, divididos em dois blocos, formando grandes quadrados. Há também, um mapa da cidade de São Paulo e um texto intitulado “Lugares da memória: repressão e resistência em São Paulo”, que apresenta ao visitante a existência de 115 lugares de memória com potencialidades de serem utilizados.

Figura 20 - Espaço Introdutório, parede 3.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

A parede 4 possui em plano de fundo uma plotagem de ações da polícia, e em primeiro plano 26 quadros interativos, divididos em dois blocos, formando grandes quadrados. Nesta parede há o mapa do estado de São Paulo e um texto intitulado “Espacialidade da ditadura no estado de São Paulo”, que apresenta ao visitante o Programa Lugares de Memória, desenvolvido pelo MRSP, cujo objetivo é identificar e comunicar lugares de memória vinculados aos períodos ditatoriais no estado de SP, conta com 183 registros atualmente, 115 na capital.

Figura 21 - Espaço Introdutório, parede 4.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

A parede 5 possui uma plotagem de protestos e ações da polícia, e 42 quadros interativos, divididos em três blocos, formando grandes quadrados.

Figura 22 - Espaço Introdutório, parede 5.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

E por fim, a parede 6 apresenta em plano de fundo uma plotagem da ação da polícia, e em primeiro plano um texto intitulado “Raio X da Repressão no Brasil (1964-1985)”, seguido de um mapa do

Brasil, que apresenta os locais onde ocorreram grandes violações dos direitos humanos durante a ditadura. Ao lado do mapa, há um vidro com dois canetões pendurados, para intervenção dos visitantes. No vidro lê-se “E **hoje?** Que lugares de resistência de repressão fazem parte da **sua**³⁴ memória?”. Ao lado deste vidro, está uma plotagem do mapa da região Caribenha e da América Latina, com um texto intitulado “Sítios de Consciência na América Latina e no Caribe”.

Figura 23 - Espaço Introdutório, parede 6.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

³⁴ Destaque em negrito conforme a exposição.

Figura 24 - Espaço Introdutório, intervenção do público.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

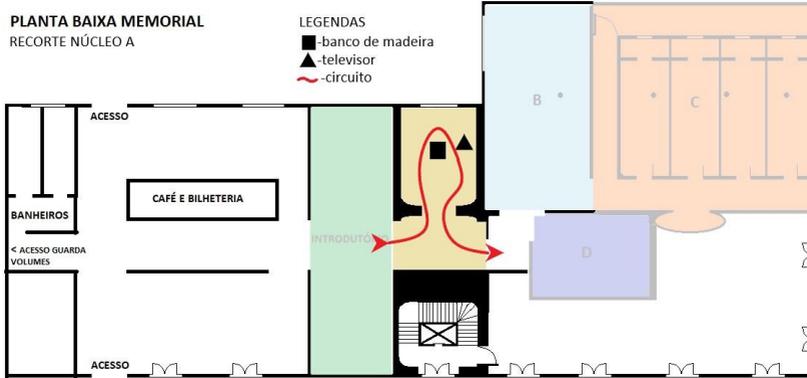
Este espaço conta com iluminação artificial de lâmpadas fluorescentes, que funcionam bem com os textos ali presentes, criando pouco reflexo e não atrapalhando na leitura do visitante. Os recursos de multimídia se encontram na altura padrão para o ângulo de visão dos visitantes, em torno de 1,5m, e o vídeo possui legendas.

As metodologias de interação com o público são bastante eficientes, uma vez que várias intervenções foram notadas tanto no uso dos quadros de fotos, quanto no espaço destinado à escrita com o canetão.

O único problema da localização deste espaço para exposições de curta duração, é que o visitante pode acabar se distraindo com uma exposição de abordagem diferente daquela apresentada pela exposição de longa duração, ou talvez, até se confundir acreditando que tudo faça parte de uma mesma exposição.

4.3.2 Núcleo A

Figura 25 - Núcleo A, planta baixa.



Fonte: Criado pelo autor.

O núcleo A, tem como objetivo apresentar ao visitante o uso do edifício, suas histórias e memórias, antes, durante e depois da ditadura.

Ao entrar no núcleo, a primeira parede logo à esquerda da entrada, traz uma plotagem com a imagem do prédio no fundo e um texto com o título do núcleo A. Na parede seguinte, há uma grande porta de vidro trancada, que permite a vista de dentro para fora e também a entrada de iluminação natural, no vidro há uma tarja plotada onde se lê “Enquanto lembramos tudo é possível - Elie Wiesel”³⁵. Na próxima parede, uma plotagem com a imagem de um gabinete de oficial e o título “DEOPS: a trajetória institucional”, apresentando um televisor, que roda em *loop* um vídeo com pouco mais de dois minutos de duração, que dá um breve histórico da criação e funcionamento do DEOPS.

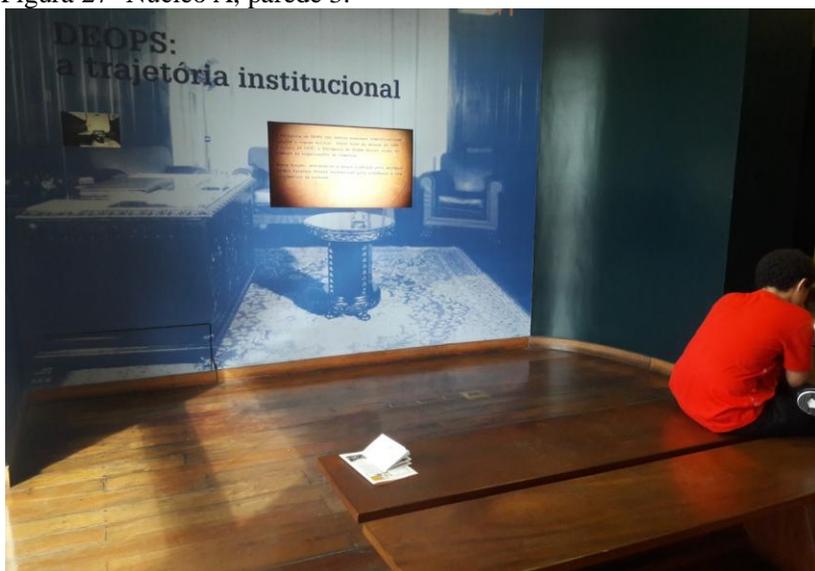
³⁵ A parede 2 por ser de vidro, estava muito iluminada pelo sol, impossibilitando assim uma fotografia nítida.

Figura 26 - Núcleo A, parede 1.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

Figura 27- Núcleo A, parede 3.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

Este núcleo possui iluminação natural entrando por uma janela e luz artificial focal difusa³⁶, permitindo a leitura clara dos textos e não atrapalhando para a visualização do vídeo, que se encontra a uma altura média de 1,40cm. Conforme Fernández e Fernández, o uso de luz natural e artificial combinadas pode ter efeitos positivos sob o visitante:

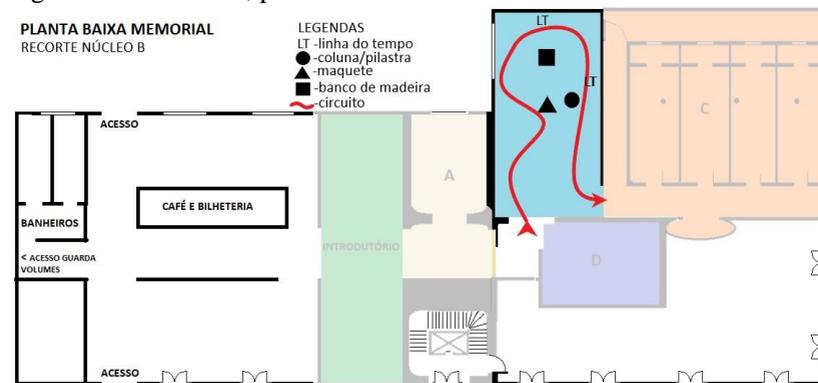
*Aunque hoy existen edificios que captan la luz natural de forma eficaz, se necesita algún tipo de iluminación artificial que corrija sus carencias y por ello se combinan. Teniendo en cuenta la respuesta psicossomática de las personas, la luz del día es la ideal para estimular la concentración, mantener vivo el interés y disminuir la fatiga. La luz artificial ofrece mayor control y, por tanto, mayor valoración de los objetos y obras de arte*³⁷. (2010, pg.11)

4.3.3 Núcleo B

³⁶ Iluminação artificial focal difusa é uma iluminação feita por uma lâmpada que não tem o objetivo de focar em algum objeto específico, apenas iluminar o ambiente, assim como as de residências comuns.

³⁷ Ainda que hoje existam edifícios que capturem a luz natural de forma eficaz, se necessita algum tipo de iluminação artificial que corrija suas carências e por ela se combinem. Levando em consideração a resposta psicossomática das pessoas, a luz do dia é ideal para estimular a concentração, manter vivo o interesse e diminuir a fadiga. A luz artificial oferece maior controle e, por tanto, maior valorização dos objetos e obras de arte. (Tradução nossa)

Figura 28 - Núcleo B, planta baixa.



Fonte: Criado pelo autor.

O núcleo B, traz logo na sua entrada o livro de registro de visitantes e de sugestões. Adentrando ao núcleo, além dos monitores e plotagens anteriormente mencionados, as paredes seguintes trazem o título do núcleo B e uma longa linha do tempo cortando as paredes com acontecimentos nacionais e internacionais, desde a Proclamação da República em 1889 até o ano de 2008.

A linha do tempo é dividida em sete eixos, sendo eles: Fatos internacionais, nas cores cinza; Presidentes, nas cores laranja claro; Governadores de São Paulo, nas cores laranja escuro; Legislação, nas cores lilás; Organizações políticas, nas cores rosa claro; Repressão, nas cores roxo; e Resistência, nas cores rosa escuro. Ela tem como objetivo aproximar

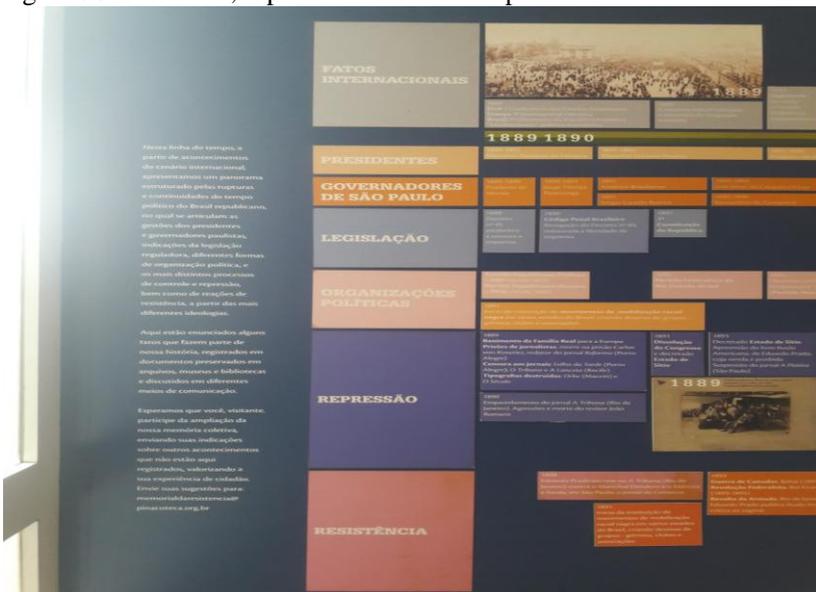
[...] na escala cronológica, acontecimentos resultantes dos conflitos políticos ocorridos ao longo dos dois últimos séculos, de singular importância para a trajetória da sociedade brasileira, a grandes fatos reconhecidos da História do país. A inserção desse recurso expositivo busca propiciar ao visitante informações atualizadas sobre o contexto histórico do Memorial, mas, também, potencializar uma reflexão sobre até que ponto as tensões e divergências políticas estão contextualizadas em nossa aprendizagem sobre o país. (ARAUJO, BRUNO, 2009, pg.79)

Figura 29- Núcleo B, linha do tempo paredes 2 e 3, e maquete.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

Figura 30- Núcleo B, tópicos da linha do tempo.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

No centro do núcleo B encontram-se, um banco de madeira, que fica de frente à parede da linha do tempo, uma maquete protegida por uma vitrine de acrílico³⁸, construída com a ajuda de informações de ex-presos políticos que por ali passaram. Conforme Fernández e Fernández, as maquetes, dioramas e cenografias

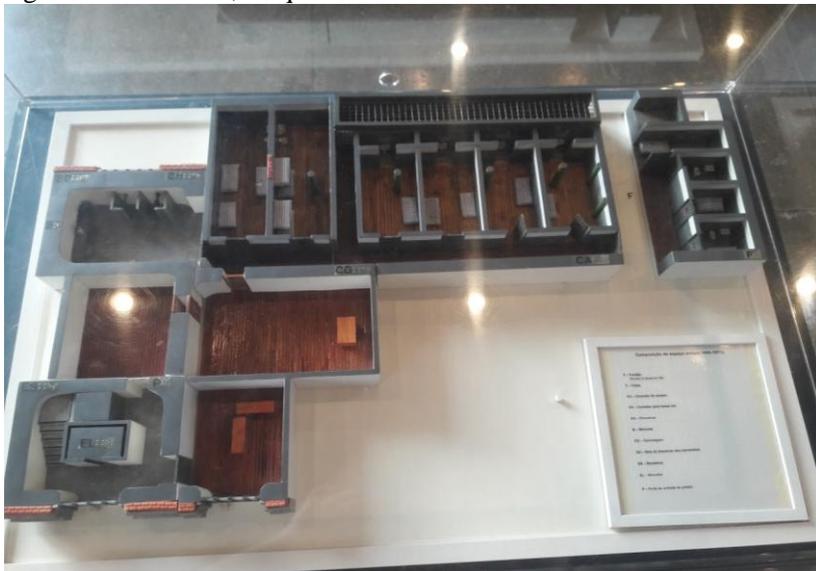
*[...] se pueden definir como reconstrucciones de escenas “familiares” en 3D donde se presenta una acción. En su creación es esencial un buen diseño para conseguir la atmósfera correcta y que la escena sea creíble. Por último, las demostraciones son una herramienta muy utilizada en muchos museos y exposiciones, sirven para explicar los procesos de producción que ayudan a comprender mejor los objetos expuestos*³⁹. (2010, pg.14)

Esta maquete por exemplo, visa apresentar aos públicos como eram as instalações no período ditatorial, sendo possível constatar que o espaço prisional passou por reformas ao longo de sua existência. Logo ao lado da maquete está uma coluna/pilastra original do prédio, do período que o edifício fora utilizado na ferrovia. A iluminação deste espaço é composta por luz natural entrando por uma grande janela e luz artificial focal difusa, dando destaque aos textos de forma geral, e não atrapalhando na visualização da maquete.

³⁸ Esta maquete pode ser tateada por públicos com deficiência visual.

³⁹ [...] eles podem ser definidos como reconstruções de cenas “familiares” em 3D onde uma ação é apresentada. Na sua criação é essencial um bom *design* para conseguir a atmosfera correta e que a cena seja credível. Por fim, as demonstrações são uma ferramenta muito utilizada em muitos museus e exposições, servem para explicar os processos de produção e ajudam a compreender melhor os objetos expostos. (Tradução nossa)

Figura 31- Núcleo B, maquete.



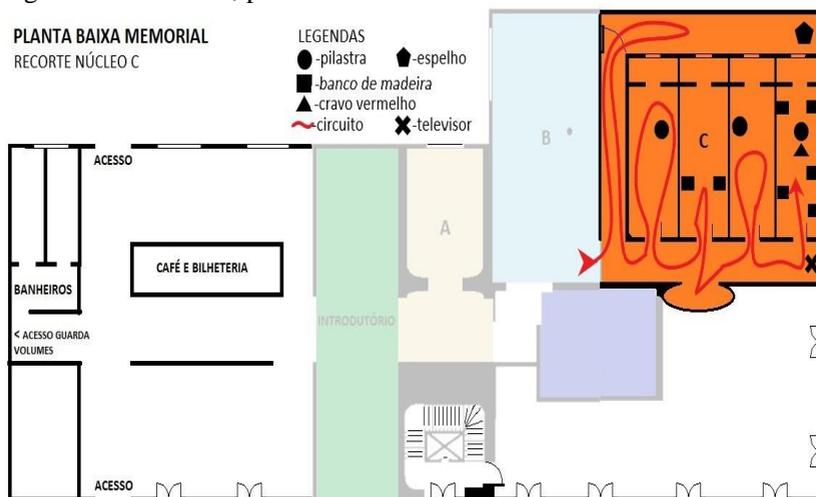
Fonte: Fotografia do autor (2019).

O título deste núcleo dialoga com os recursos multimídia presentes logo na entrada, os dois monitores *touch screen* permitem ao visitante interação, onde o mesmo pode procurar por documentos e registros sobre três temas apresentados na tela, sendo eles: controle, repressão e resistência.

Como dito anteriormente, o último texto do núcleo B que o encerra é também o primeiro texto do núcleo C e introduz o espaço das celas.

4.3.4 Núcleo C

Figura 32- Núcleo C, planta baixa.



Fonte: Criado pelo autor.

A entrada para o núcleo C introduz o visitante diretamente para um corredor estreito, com iluminação artificial focal difusa de luzes quentes e diferentemente dos outros núcleos, este possui uma cor cinza chumbo, transmitindo ao visitante uma sensação mórbida, ou de poucas emoções.

Após entrar no núcleo C, logo à esquerda, há um estreito corredor que leva a uma porta de ferro, dando acesso a área onde os presos tomavam sol, no corredor do lado esquerdo há uma frase onde se lê o depoimento “na parte de cima do fim do corredor, tinha uma guarita e um guarda com fuzil. Por isso não podia demorar em frente às grades”. Na área de sol, as paredes são todas cinzas, se manteve as grades nas janelas e no teto, ao fim do corredor se encontra um espelho. Na parede esquerda do corredor, lê-se outro depoimento “a vinda ao corredor era uma vez por semana, por uma hora, uma cela de cada vez. Mas nem todos vieram”.

Figura 33 - Núcleo C, corredor para acesso ao banho de sol.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

Figura 34 - Núcleo C, corredor de banho de sol, espelho ao final.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

Nota-se que os depoimentos presentes no corredor, são em letras uniformes, em tamanhos visíveis e plotados nas paredes na cor laranja, dando grande contraste e transmitindo a ideia de que o visitante possa se deparar novamente com outros testemunhos nos espaços seguintes. Segundo Fernández e Fernández, as letras que compõem um texto (tipografia)

Afectan de manera directa a la transmisión del mensaje;

1. Legibilidad, el tipo de letra tiene gran influencia en la percepción, los tipos serif suelen ser los preferidos porque son más fáciles de leer. También juegan un importante papel el peso y el espacio

2. Visibilidad, la colocación del texto en el espacio es fundamental. Infiuye en su visibilidad el tipo, el tamaño y el contraste (color de letra y fondo)⁴⁰. (2010, pg.14)

O objetivo é fazer com que o visitante se sinta no lugar de alguém que por ali passou e/ou esteve preso, prova disto é a instalação do espelho ao fim do corredor. Ao olhar no espelho, o visitante vê a si mesmo, sob as grades, tomando banho de sol. Este momento do espelho somado às leituras dos testemunhos, formam um primeiro convite a uma experiência de empatia, no sentido de uma pessoa se colocar no lugar de outra, entender sua dor, sem a obrigatoriedade de ter que passar pelas mesmas experiências traumáticas.

De volta ao corredor das celas, a primeira delas (Cela 1), é um espaço pintado na cor cinza chumbo do chão ao teto, há uma janela com uma grade de ferro na parte superior que permite a entrada de iluminação natural, e no centro existe uma coluna do período da criação do prédio.

⁴⁰ Afetam de maneira direta a transmissão da mensagem; 1. Legibilidade, o tipo de letra tem grande influência na percepção, os tipos serifados geralmente são os preferidos porque são mais fáceis de ler. Também desempenham um importante papel o peso e o espaço. 2. Visibilidade, a colocação do texto no espaço é fundamental. Influencia em sua visibilidade a letra, o tamanho e o contraste (cor da letra e fundo). (Tradução nossa)

Figura 35 - Núcleo C, entrada cela 1.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

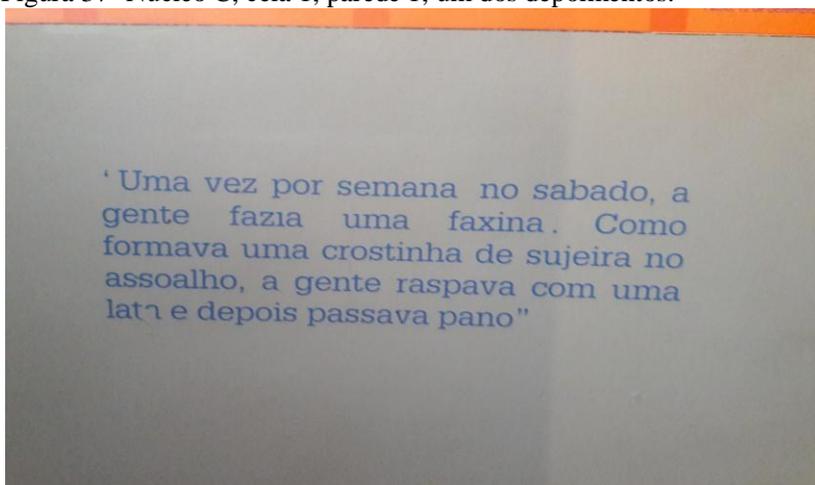
Entrando na cela, ao lado esquerdo está uma plotagem na cor laranja com o título "Caminhos da Construção da Memória: o desenvolvimento do projeto museológico do Memorial da Resistência", com um texto explicando ao visitante como foram os processos do projeto museológico que levaram à criação do memorial e várias fotos do período do projeto. No fim desta parede, um texto intitulado "A Nova Apresentação do Espaço Prisional", busca elucidar a utilização das celas sob uma perspectiva educacional, apresentando as discussões e os processos que permearam essa nova narrativa. Acima e abaixo da plotagem laranja, encontram-se alguns depoimentos de ex-presos.

Figura 36 - Núcleo C, cela 1, parede 1.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

Figura 37- Núcleo C, cela 1, parede 1, um dos depoimentos.⁴¹



Fonte: Fotografia do autor (2019).

⁴¹ "Uma vez por semana no sábado, a gente fazia a faxina. Como formava uma crostinha de sujeira no assoalho, a gente raspava com uma lata e depois passava pano"

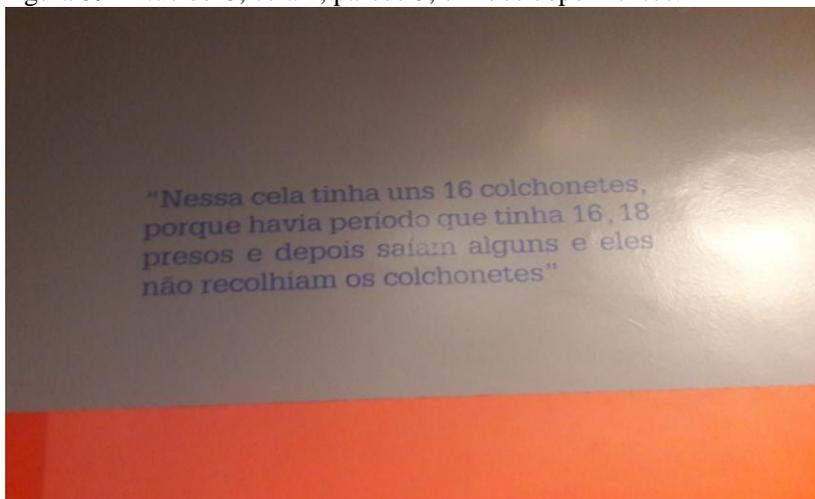
Na parede seguinte, há a entrada para o espaço onde seria o banheiro, contendo uma janela com grades de ferro. Uma plotagem na cor laranja faz a ligação das paredes adjacentes (como pode ser visto na Figura 35). A parede da direita possui uma plotagem na cor laranja, intitulada “A nova programação do Memorial da Resistência”, relatando os objetivos do memorial em contribuir para a consciência da sociedade e formação da cidadania, apresenta também uma sequência de fotos das atividades executadas, e no fim uma lista (ficha técnica) com o nome de todos envolvidos no projeto do memorial. Acima e abaixo da plotagem, se encontram mais depoimentos. A porta da cela se manteve nos padrões originais.

Figura 38 - Núcleo C, cela 1, parede 3.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

Figura 39 - Núcleo C, cela 1, parede 3, um dos depoimentos.⁴²



Fonte: Fotografia do autor (2019).

Figura 40 - Núcleo C, cela 1, saída e porta.



Fonte: Imagem retirada do site do Memorial da Resistência.

⁴² "Nessa cela tinha uns 16 colchonetes, porque havia período que tinha 16, 18 presos e depois saíam alguns e eles não recolhiam os colchonetes".

Esta cela, além da iluminação natural, possui dois trilhos, um para cada parede, com iluminação focal cruzada⁴³, o que em alguns ângulos pode ser um problema, uma vez que o visitante ao se dirigir a uma parede para ler os textos, a luz é emitida por trás do mesmo, projetando assim uma sombra sobre o texto, interferindo na leitura. A iluminação pode acabar por incomodar os olhos, caso em uma tentativa de evitar a projeção da sombra, o visitante permaneça em uma parede e tente ler o texto da parede oposta, ficando contra a iluminação.

Podemos perceber que nesta parte do núcleo, ao entrar na cela, o visitante é convidado novamente a se colocar no lugar de alguém que ali estivera preso, mas desta vez passando pela experiência de estar encarcerado, ainda que de forma bastante longe das condições reais, este momento agrega grande valor à visitação, uma vez que a experiência do público é construída com o circuito que ele percorre na exposição.

É importante notarmos que até o momento do visitante adentrar nesta cela se mantém uma lógica discursiva que apresenta ao visitante os usos deste prédio, como foi ressignificado ao longo do tempo, e os processos que envolveram a criação do MRSP. Todavia, é também neste espaço que se é introduzida outra lógica discursiva, inserindo então elementos que ainda vão ser apresentados ao visitante nas celas seguintes, como por exemplo a cenografia, onde as informações não serão apresentadas como foram até então, por meio de textos e frases plotadas, e sim através de emoções e sentimentos transmitidos nas instalações, podendo assim, proporcionar outras experiências aos públicos.

Os depoimentos aparecem novamente nesta cela, e isso leva o visitante a perceber que possivelmente irá se deparar com mais depoimentos nos espaços seguintes, preparando o visitante de alguma forma para essas novas abordagens.

Na Cela 2, a pintura está como no corredor, cinza chumbo do chão até a altura da porta e branca no restante do espaço. Dentro da cela há uma janela na parte superior, com grades de ferro, permitindo a entrada de luz natural, abaixo desta janela está o local onde era o banheiro, nele está montado um projetor. No centro há uma chapa de acrílico pendurada do teto até uma altura média do chão de 1,50m em frente ao projetor, na projeção passa um vídeo em *loop* e sem som sobre a utilização do espaço como prisão política na ditadura, tendo como

⁴³ As lâmpadas sustentadas pelos trilhos do lado direito focam na parede da esquerda, e as lâmpadas do lado esquerdo focam na parede da direita.

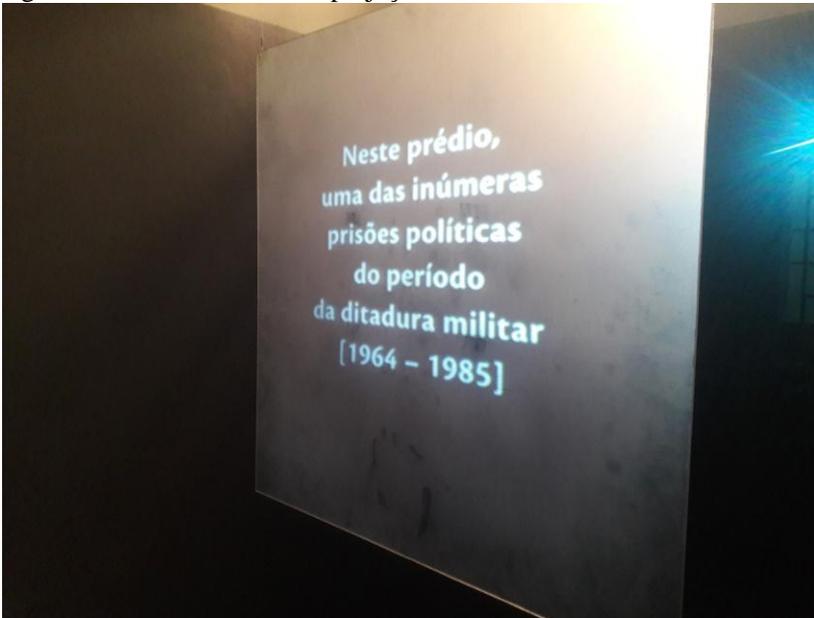
objetivo de fazer uma homenagem aos desaparecidos e mortos pela ditadura. Há ainda dois bancos de madeira, um encostado na parede esquerda e outro na direita para os visitantes se sentarem. A porta desta cela é igual a anterior.

Figura 41 - Núcleo C, cela 2, entrada.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

Figura 42 - Núcleo C, cela 2, projeção e acrílico.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

A Cela 2 conta com a iluminação artificial do projetor sobre o acrílico, mas a predominância de iluminação do espaço é proveniente da luz natural, entrando pela janela e iluminando pouco o espaço, dando ao visitante uma noção de como seria a iluminação original daquele espaço. A baixa luminosidade por sua vez, auxilia o visitante a ler melhor os textos projetados, dando maior contraste às imagens.

A utilização de recursos midiáticos como, vídeos, projetores, entre outras multimídias é recorrente em exposições, como apresenta Fernández e Fernández:

Cada día son más utilizados por su contribución a presentar mejor las teorías, las acciones y los procesos, potenciando su carácter educativo. Sin embargo, por su ritmo tan diferente al de la exposición, debe evitarse su instalación en puntos que obliguen al visitante a cambiar de improviso las pautas de apreciación. Cada tipología de exposición da lugar a un audiovisual, son elementos de apoyo a la exposición ayudando a su

interpretación. En su realización se parte de una idea inicial que debe estar en consonancia con los objetivos de la exposición. De ahí se pasa a un guión a partir del cual se trabaja en los distintos aspectos.:

1. espacio, una persona de pie necesita 1 m² o 30 cm de radio

2. circulación-localización, deben ser accesibles pero no entorpecer la circulación

3. iluminación, necesitan de unas condiciones lumínicas distintas

4. duración, 4 ó 5 min de pie, 15 min necesita un banco, más de 15 min respaldo, y entre 25 y 30 min con asientos de cine

5. mantenimiento, el polvo y el calor son los factores más destructivos de los equipos. (2010. pg.14)

Desta forma, o espaço atende às necessidades de espaço para circulação, e apesar do vídeo ter pouco mais de dois minutos de duração, há os bancos para o conforto do visitante caso deseje. O equipamento se encontra longe de fontes de calor, e em um ambiente bastante ventilado, evitando de forma eficiente possíveis danos ao mesmo.

Logo saindo da cela 2, é possível ver um espaço com o título “Diorama⁴⁴ - Memórias da Resistência no Exterior do Edifício”. Este consiste em uma pequena sala escura, pintada de preto do chão ao teto, com seis suportes de madeira, possuindo iluminação interna, focal de realce⁴⁵ e um tampo em acrílico sobre eles, três deles na parede esquerda e três na parede direita. Dentro destes suportes encontram-se cartas e envelopes originais de ex-presos que ali as escreveram e as enviaram a seus entes queridos.

Figura 43 - Núcleo C, Diorama, cartas.

⁴⁴ Dioramas são conhecidos em exposições como sendo espaços ou modos de apresentação, que tentam, de maneira tridimensional e muito realista, expor cenas da vida real.

⁴⁵ Utilizada para realçar apenas objetos selecionados no espaço.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

É interessante notar que até este momento, as informações eram veiculadas a partir de textos, vídeos institucionais (como os presentes no espaço introdutório, núcleo A e Cella 2), instalações artísticas (como a maquete do núcleo B e o espelho do Núcleo C), cores e iluminação, e neste espaço se introduz o uso de documentos físicos e originais como suporte de informação.

Outro importante elemento informativo que vem sendo apresentado ao visitante desde o começo do núcleo C é a cenografia, que ganha especial destaque na Cella 3, sendo esta uma reconstituição parcial da cela.

A cenografia, termo que tem sua origem a partir do teatro grego, foi se ressignificando ao longo dos séculos, e tem grande participação dentro da aplicação museológica contemporânea ocidental, sobretudo nas exposições. Neste sentido, a cenografia deve ser considerada como um elemento narrativo, cujo potencial informativo se encontra em níveis mais sensíveis aos olhos do visitante, e não apenas pela leitura de um texto por exemplo.

O objetivo da cenografia não é substituir o original, mas sim permitir que o visitante esteja situado espacial e temporalmente ao tema da exposição. Conforme Rossini:

O aspecto decorativo da cenografia é importante porque torna a visita de uma exposição agradável, aumenta o interesse e a atenção do visitante. No entanto, dentro de um projeto museográfico, a função da cenografia ultrapassa seu aspecto puramente decorativo. A exposição é uma mídia em três dimensões que se oferece para ser percorrida sensivelmente por cada um dos visitantes e cujo discurso se constrói no espaço. Cenografia traz a dimensão conceitual do espaço, propondo ritmos e atmosferas geradas pela organização do espaço, da iluminação e do som. (2012 p.162)

Sendo assim, não devemos cair no equívoco de considerarmos que a cenografia serve apenas como um instrumento de representação de objetos, espaços ou lugares, tampouco devemos limitá-la como simulação, representação ou teatralidade de algo. Ela deve ser entendida como um recurso que se constrói na exposição, fazendo parte do espaço, oferecendo ao visitante uma experiência sensível do discurso expositivo proposto, por meio das cores, sons, ambientações, imagens, objetos e percursos.

Voltando à exposição, a Cela 3 visa retratar como eram as celas do DEOPS/SP durante a ditadura. Esta cela possui o piso em madeira, diferente das demais celas que são de cimento. O espaço possui as paredes pintadas de cinza chumbo até a altura da porta, e o restante em branco, diferentemente das demais que seguem este padrão de pintura, esta cela parece ter tido as paredes manchadas com uma substância, que faz com que pareçam sujas.

Na parte superior há uma janela com grades de ferro, que possibilita a entrada de luz natural. Ao adentrar no ambiente percebe-se a presença de dois colchonetes no chão, com lençóis e travesseiros, na coluna que fica no centro da cela, percebe-se um varal improvisado com algumas toalhas penduradas. Nas paredes, um grande número de depoimentos, registros, assinaturas e poemas, algumas feitas com tinta, que por vezes simula sangue, outras com alguma ferramenta ou utensílio utilizado para “arranhar” as letras nas paredes.

Figura 44 - Núcleo C, cela 3.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

Figura 45 - núcleo C, cela 3, um dos vários registros das paredes.⁴⁶



Fonte: Fotografia do autor (2019).

⁴⁶ "Pegaram meu bebê para me ameaçar - Rose Nogueira"

Para tais inscrições, os coordenadores do processo expositivo contaram com a participação direta daqueles que conviveram ali.

Desta forma, um grupo de ex-presos foi convidado para realizar essa intervenção expográfica na cela com base em um exercício de memorização individual e coletiva. Em um dia, previamente agendado, os convidados foram sensibilizados para a recomposição daquilo que escreveram nas paredes, que viram escrito, ou qualquer outra menção que as suas lembranças permitissem acessar e, ao mesmo tempo, colaborasse para a recuperação da memória do conjunto prisional. (ARAUJO, BRUNO, 2009, pg.88)

Ao fundo da cela, encontra-se o espaço do banheiro, nele há uma janela com grades de metal, uma pia com torneira, e um vaso sanitário ao nível do chão. A porta desta cela é do mesmo modelo que as anteriores, porém está pintada de cinza com as bordas de verdes, provavelmente nas cores que eram as portas anteriormente.

Figura 46 - Núcleo C, cela 3, banheiro.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

Figura 47 - núcleo C, cela 3, porta da cela.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

A iluminação natural preenche toda a cela, fazendo com que alguns detalhes sejam percebidos pelo visitante. Como por exemplo a substância que mancha as paredes, que transmite a sensação de que o visitante está adentrando em um lugar imundo, apesar do espaço estar visivelmente limpo.

A forma dos registros dos depoimentos desta sala são muito mais impactantes em relação aos registros anteriores, que eram plotados. É possível imaginar quantas pessoas por ali passaram, e como desesperadamente, tentaram deixar de alguma forma o registro de sua passagem.

Ao se deparar com esse espaço, mais uma vez é despertado o sentimento de empatia pelos que ali estiveram, pois aproxima o visitante de uma realidade que outrora ocorrera ali, de um maneira muito sensível. Apesar de ser um espaço que não possui textos (se não aqueles dos registros) ou áudios, é a instalação que mais transmite sentimentos ao visitante, atingindo outro nível na transmissão da mensagem. Como pontua Fernández e Fernández:

El espacio configura en la práctica todos los elementos, incluidos los objetos. Al presentarlos en un lugar y en un sitio y perder parte de su

*autonomía, se produce el acontecimiento lingüístico, performance, concreto de una comunicación, y define el perfil y el nivel de su mensaje. El lugar convoca a la reflexión y tiene el deber y la misión de conceptualizar, definir y consagrar el “acontecimiento” en él inscrito, tanto a nivel individual como colectivo contextualizado*⁴⁷. (2010, pg.8)

Cabe na análise desta cela uma pequena reflexão do autor, que diz respeito ao aparelho de ar-condicionado. Tal aparelho está presente no teto de todas as celas do núcleo C, e é possivelmente utilizado tanto para o conforto do visitante, quanto para a conservação dos objetos, que de fato necessitam de um controle de temperatura e umidade. Entretanto, por se tratar de um espaço que visa ser uma reconstituição da cela, ainda que não houvesse a pretensão de fazer uma reconstituição total, a presença deste aparelho acaba por trazer um anacronismo, além de formar um paradoxo, uma vez que o espaço tenta trazer ao visitante um desconforto sensorial em vários aspectos, tenta ao mesmo tempo, confortá-lo em um ambiente que originalmente não teria tal sistema de controle de temperatura ou conforto.

Voltemos à exposição. De volta ao corredor e indo em direção à Cela 4, nota-se a presença de um monitor televisivo sustentado por um tripé, nele passa um vídeo em *loop* com relatos de ex-presos, o vídeo é legendado e há uma legenda em braille abaixo do monitor. Virando à esquerda o visitante entra na Cela 4.

Esta cela apresenta um áudio com testemunhos de ex-presos políticos. O espaço é pintado de cinza até a altura da porta, e o restante em branco. Na parte superior, há uma janela com grades de metal, que permite a entrada de iluminação natural. Existem cinco bancos de madeira pintados de cinza, dois na parede esquerda e três na parede direita, no centro da sala há uma coluna do início da construção do edifício, logo à frente dela está uma caixa de madeira. Sobre a caixa está

⁴⁷ O espaço configura na prática todos os elementos, incluindo os objetos. Ao apresentá-los em um lugar e em um espaço e perder parte de sua autonomia, se produz o acontecimento linguístico, performance, concretização de uma comunicação, que define o perfil e o nível de sua mensagem. O lugar evoca à reflexão e tem o dever e a missão de conceituar, definir e consagrar o “acontecimento” nele inscrito, tanto em nível individual quanto coletivo contextualizado. (Tradução nossa)

uma garrafa plástica, com um cravo vermelho natural⁴⁸ dentro da garrafa, há iluminação artificial focal de realce direcionada para esta flor.

Nesta sala, um áudio é reproduzido em *loop*, por quatro pequenas caixas de som que ficam perto da janela superior, no áudio, o relato de vários ex-presos políticos, dão sentido à única instalação visível da cela.

Figura 48 - Núcleo C, cela 4.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

⁴⁸ O cravo natural é trocado regularmente, para sempre estar com aspecto de flor viva no local.

Figura 49 - Núcleo C, cela 4, detalhe cravo vermelho.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

Nesta cela a iluminação chama a atenção por atrair a visão do visitante para a flor ao centro da sala. A iluminação pode mudar completamente o sentido do que se pretende transmitir, e tem sido bem utilizada em todos os núcleos da exposição, como aponta Fernández e Fernández:

*La iluminación no es algo accesorio, sino una condición esencial, es el elemento fundamental para poder apreciar las características y matices de los objetos y obras de arte: su uso correcto tiene una decisiva influencia en la comprensión de lo que vemos. La luz crea ambientes y establece el carácter particular de la exposición guiando al visitante*⁴⁹. (2010, pg.11)

⁴⁹ A iluminação não é algo acessório, e sim uma condição essencial, é o elemento fundamental para se poder apreciar as características e nuances de objetos e obras de arte: seu uso correto tem uma decisiva influência na

Com a iluminação adequada é possível dar destaque para aquilo que tem mais valor comunicacional no espaço, ou até mesmo a escondê-lo do olhar do visitante. No caso do cravo vermelho, serviu para dar um ar de sacralidade à instalação, sendo ela a única coisa ali iluminada diretamente, tornando-se fonte de luz para o lugar, iluminando com uma cor vívida dentro de um espaço tão asséptico de cores. Estas abordagens estão em conformidade com os princípios básicos de iluminação⁵⁰ propostos por Fernández e Fernández para o desenho de exposições:

Un buen diseño requiere la apreciación de la forma, color, contenido y dimensiones tanto de los objetos expuestos como del espacio que los expone. Siete principios básicos:

1. el ángulo de reflexión es igual al ángulo de incidencia

2. el ángulo al que la luz incide ayuda a la apreciación del objeto, o a esconderlo

3. todo objeto iluminado se convierte en una fuente de luz y su imagen es reflejada proporcionalmente a la iluminación relativa del objeto y a la superficie reflectante

4. cuanto más oscuro es el tono de la superficie reflectante, más luz se necesita

5. la intensidad de la luz disminuye en proporción inversa al cuadrado de la distancia desde su fuente

6. los rayos de luz, si no se bloquean, irradian desde su fuente de forma igualitaria en todas las direcciones

compreensão do que vemos. A luz cria ambientes e estabelece o caráter particular da exposição guiando o visitante. (Tradução nossa)

⁵⁰ Não foi averiguado o princípio número 5.

*7. los colores oscuros absorben la luz mientras que los colores claros y superficies pulidas la reflejan*⁵¹. (2010, pg.12)

O significado do cravo pode ser entendido após ouvir o áudio com os relatos dos ex-presos políticos, onde em um deles uma ex-presa política narra que um dia, em meados do Natal, pediu para um dos seus familiares trazer um bolo e flores, para serem repartidas entre as celas. Então o familiar trouxe um grande buquê de cravos vermelhos, e como pedido, foi distribuído entre as celas, “isso foi marcante pois muitos ali não viam a natureza viva, há muitos anos”⁵². Com a visitação desta última cela, o visitante experimenta mais um momento de empatia, este mais profundo, pois somam-se a todos os momentos anteriores os testemunhos, que são em sua maioria, carregados de sentimentos e relatos de solidariedade e empatia.

Indo em direção à saída percebe-se a plotagem de uma cena onde se vê quatro pessoas, onde uma delas ergue algo circular, como se fosse uma medalha ou uma pequena bola. Esta cena, como explica uma legenda ao lado, é intitulada “A Celebração da Solidariedade”, e faz referência a uma missa celebrada por frades dominicanos quando estiveram presos no DEOPS/SP⁵³.

⁵¹ Um bom desenho requer a apreciação da forma, cor, conteúdo e dimensões tanto dos objetos expostos quanto do espaço que os expõe. Sete princípios básicos: 1. o ângulo de reflexão é igual ao ângulo de incidência; 2. o ângulo que a luz incide ajuda na apreciação do objeto, ou a escondê-lo; 3. todo objeto iluminado se converte em um fonte de luz e sua imagem é refletida proporcionalmente a iluminação relativa do objeto e a superfície refletante; 4. quanto mais escuro é o entorno da superfície refletante, mais luz se necessitará; 5. a intensidade da luz diminui em proporção inversa ao quadrado da distância em todas as direções; 6. os raios de luz, se não estiverem bloqueados, irradiam da fonte de forma igualitária em todas as direções; 7. as cores escuras absorvem a luz enquanto que as cores claras e superfícies polidas as refletem. (Tradução nossa)

⁵² Transcrição de áudio gravado.

⁵³ Sobre este acontecimento, existe um livro intitulado “Batismo de Sangue”, escrito por Frei Betto e publicado em 1982. Há também um filme homônimo, baseado neste livro, dirigido por Helvécio Ratonde, de 2006.

Figura 50 - Núcleo C, cela 4, saída.



Fonte: Fotografia do autor (2019).

Infelizmente durante a visitação do autor, o núcleo D se encontrava em manuten o e a entrada não era permitida, impossibilitando assim uma análise técnica desse espaço.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar a exposição de longa duração do MRSP, sendo este um dos elementos mais importantes para a instituição pois é o gerador das linhas de ação do memorial.

A fim de contextualização do recorte escolhido, foi abordado inicialmente os conceitos que diferenciam regimes ditatoriais autoritários de regimes ditatoriais totalitários, bem como suas características de governo. Podemos perceber então, que as pessoas possuem um papel importante para que tais governos sejam instaurados e legitimados. Estas pessoas podem ser apoiadoras de um golpe de estado que vise derrubar um governo legítimo, como ocorrido no Brasil em 1964, ou podem ser eleitores, conscientes ou manipulados pela extensiva propaganda partidária, que acreditam que o salvador da pátria foi enfim eleito, ainda que este salvador defenda abertamente discursos de ódio, superioridade religiosa e racial, entre outras questões éticas, como ocorrido na Alemanha durante o nazismo.

Neste sentido, torna-se preocupante a similaridade que a atual política brasileira vem demonstrando com estes regimes passados. Tais similaridades podem ser frutos de uma política de esquecimento, que a passos lentos foi se desenvolvendo no Brasil. Não há no país, ou ainda não suficientemente fortes, políticas voltadas para a memória daqueles que resistiram à ditadura por exemplo, não há monumentos, não há ruas em homenagem, não há museus reconhecidos pelo Estado sobre essa temática. Todos esses elementos demonstram uma manipulação das narrativas de memória, que promovem uma memória social de desigualdades, uma identidade nacional de superioridades inexistentes, uma apatia política da população, como vemos atualmente em níveis cada vez mais alarmantes.

Contudo, a memória pertence à indivíduos ou grupos, e há aqueles que as reivindicam. E junto deles, há os lugares de memória, lugares que transportam para o presente, restos de histórias e memórias de tempos passados. Como é o caso do edifício que foi sede do DEOPS/SP, uma das polícias mais truculentas durante o regime militar pós 64. Este edifício foi, anos mais tarde, alvo de reivindicações sociais, novos olhares e novos projetos que resultaram no atual MRSP.

Em nossa atualidade política e social, é importante que instituições museológicas façam uso de seu potencial comunicacional e transformador, que sejam instituições voltadas à dignidade dos seus públicos, e que proporcionem à seus visitantes, através dos meios possíveis, um momento de aprendizagem e de reflexão.

O MRSP é um instrumento pedagógico que a partir de suas ações promovem a preservação de uma memória para o futuro, e ao mesmo tempo educam as novas gerações. Educação aqui compreendida como um processo de reflexão, que visa trazer aprendizados e estimular a ideia de não repetição. O MRSP possui grande relevância, não só para a sociedade paulista, mas também para toda sociedade brasileira, de todas as idades e todos os níveis de conhecimento, pois utiliza o reconhecimento dos lugares de memória, que é uma importante ferramenta de educação para a cidadania.

A partir de sua exposição, de onde se originam suas linhas de ação, a instituição mantém desperta a memória da ditadura, e como já dito, o discurso de não repetição. Ao analisarmos a exposição, buscou-se entender como os elementos expográficos presentes na exposição visam comunicar esta mensagem para os visitantes.

Vimos que a comunicação do discurso do MRSP sofre uma alternância ao longo da exposição, ora ela é puramente informacional, apresentando os acervos salvaguardados pelo memorial, como fotos, documentos, histórico do edifício, textos. Ora ela possui caráter emocional, resultado das cenografias presenciadas pelos públicos, da iluminação, dos registros nas paredes e dos testemunhos gravados.

Suas ações e parcerias ajudam a promover estas memórias que foram caladas, exiladas ou mesmo apagadas da história. Como vimos anteriormente, todos os elementos técnicos e discursivos presentes na exposição contribuem para comunicar uma mensagem ao visitante, uma mensagem de empatia e solidariedade, mas também de alerta, para que novos atentados aos direitos e à dignidade humana não voltem a acontecer.

Levando em consideração estes pontos, algumas perguntas inevitavelmente surgem. A quem pode interessar um país sem memória? O que teria sido da Casa de Detenção de São Paulo, conhecida pelo Massacre do Carandiru, se nela tivessem lançado um olhar museológico em vez da destruição do complexo prisional? Uma nação que não conhece sua história está realmente fadada à repeti-la? Viveremos dias mais obscuros que àqueles da ditadura?

O MRSP e sua exposição traçam um papel social muito importante, um exemplo a ser seguido, pois um país precisa de sua memória, é preciso que haja no Brasil outros lugares como este, para que possamos conhecer através de fatos, documentos e testemunhos o que ocorreu na época da ditadura civil-militar brasileira, para que possamos valorizar as conquistas e direitos que temos hoje. Hoje

podemos falar, e é necessário divulgar e valorizar espaços como este. Amanhã será outro dia, e ainda cabe lembrar. Lembrar é resistir.

REFERÊNCIAS

ANSARA, Soraia. **Memória Coletiva: um estudo psicopolítico de uma luta operária.** Revista Psicologia Política, 1(2), 2001.

ANSARA, Soraia. **Políticas de memória X políticas do esquecimento: possibilidades de desconstrução da matriz colonial.** Rev. psicol. polít. vol.12 no.24. São Paulo. ago.2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000200008#1a> Acessado: 15 de abril de 2019.

ARAÚJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria C.O. **Memorial da Resistência de São Paulo.** Textos de: Kátia Felipini Neves...[et al.]. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009.

ARENDT, Hannah. **O Sistema Totalitário.** Rio de Janeiro: Editora Documentário. Ed. 63 Q 570. 1978.

BÄCHTOLD, Felipe. **Maioria aprova a participação de militares no governo, diz Datafolha.** Folha de S.Paulo. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/maioria-aprova-a-participacao-de-militares-no-governo-diz-datafolha.shtml>> Acessado em: 18 de abril de 2019.

BLANCO, Angela García. **La exposicion , medio de comunicacion para divulgar conocimientos.** In: __La Exposición, un medio de comunicacion. Madrid: Akal, 1999.

BLANCO, Angela García. **Qué se Emite. El Mensaje Expositivo.** In: __La Exposición, un medio de comunicacion. Madrid: Akal, 1999. Pg. 106-125.

BOLDRINI, Angela. **Planalto e Eduardo Bolsonaro divulgam vídeo que celebra golpe de 64.** Folha de S.Paulo. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/planalto-e-eduardo-bolsonaro-divulgam-video-que-celebra-golpe-de-64.shtml>> Acessado em: 18 de abril de 2019.

BRASIL. **Medida Provisória autoriza instituição da Abram.** Portal do Instituto Brasileiro de Museus. 2018. Disponível em: <

<http://www.museus.gov.br/medida-provisoria-do-minc-autoriza-instituicao-da-abram/>> Acessado em: 21 de agosto de 2019.

BRUNO, M. C. O. (2010). **Plano Museológico do Memorial da Resistência de São Paulo**. Associação Pinacoteca Arte e Cultura – APAC, São Paulo.

CALABRE, Lia. **Intelectuais e Política Cultural: o Conselho Federal de Cultura**. In: **Atas do Colóquio Intelectuais, Cultura e Política no Mundo Ibero-Americano**. Rio de Janeiro. 2006. Disponível em: <http://www.casaruiarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_LiaCalabre_Intelectuais_e_PoliticaCultural.pdf> Acessado em: 12 de agosto de 2019.

CHIARELLI, Tadeu; NEVES, Kátia Felipini. **Memorial da Resistência de São Paulo: conquistas e desafios**. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo: Associação Pinacoteca Arte e Cultura, 2016.

CONDURU, Roberto. **Exposições como discurso**. In: MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS (MAST). *Discutindo Exposições: Conceito, Construção e Avaliação*, v.8. Rio de Janeiro: MAST. 2006. Anais... Rio de Janeiro: MAST Colloquia, 2006. p.61-68.

CORRÊA, L. R. **O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo: as atividades da polícia política e a intrincada organização de seu acervo**. Revista Eletrônica Histórica. São Paulo, APESP, n.33, p. 01-11, 2008. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao33/materia04/texto04.pdf>> Acessado em: 18 de agosto de 2019.

CULTURA. **Museu do Imaginário do Povo Brasileiro é aberto ao público**. Portal do Governo. 2002. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/eventos/cultura-museu-do-imaginario-do-povo-brasileiro-e-aberto-ao-publico/>> Acessado: 15 de julho de 2019.

CURY, Marília Xavier. **Abordagem Técnica**. In: *Exposição: concepção, montagem e avaliação*. São Paulo: Annablume, 2005. p. 98-117.

CURY, Marília Xavier. **O Sujeito do Museu**. In: MUSAS - Revista Brasileira de Museus e Museologia, n. 4. Rio de Janeiro. 2009. Pg. 86-97. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/musas20120327.pdf>> Acessado em: 22 de outubro de 2019.

CURY, Marília Xavier. **Museu e comunicação Museológica**. In: Exposição: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005. Pg. 34-48.

CURY, Marília Xavier. **Comunicação Museológica: uma perspectiva teórica metodológica de recepção**. 345 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Marilia_Cury/publication/259866616_Comunicacao_Museologica_-_Uma_Perspectiva_Teorica_e_Metodologica_de_Recepcao/links/0c96052e38f99eb32a000000/Comunicacao-Museologica-Uma-Perspectiva-Teorica-e-Metodologica-de-Recepcao.pdf>. Acesso em: 25 de outubro de 2019.

DELLAMORE, Carolina. **Marcas da clandestinidade: memórias da ditadura militar brasileira**. Brasília: MinC/ IBRAM, 2011.

DESVALLÉES A., MAIRESSE F. (dir.), **Dictionnaireencyclopédique de muséologie**, Paris, Armand Colin, 2011, p. 599.

ESTADAO. Ex-prédio do Dops abrigará mostras. 03 de julho de 2002. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,ex-predio-do-dops-abrigara-mostras,20020703p47557>> Acessado em: 19 de julho de 2019.

FABRINI, Fábio. **Juíza proíbe governo Bolsonaro de comemorar golpe de 1964**. Folha de S.Paulo. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/juiza-proibe-governo-bolsonaro-de-comemorar-golpe-de-1964.shtml>> Acessado em: 18 de abril de 2019.

FARIA, Flávia. **65% dos brasileiros não se identificam com partidos, diz pesquisa Datafolha**. Folha de S.Paulo. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/65-dos-brasileiros-nao->

[se-identificam-com-partidos-diz-pesquisa-datafolha.shtml](#)> Acessado em: 18 de abril de 2019.

FERNÁNDEZ, Luis Alonso; FERNÁNDEZ, Isabel García. **Diseño de exposiciones: concepto, instalación y montaje**. Madrid: Alianza Forma, 2010.

GIELOW, Igor. **Justiça cassa liminar que proibia governo de comemorar golpe de 1964**. Folha de S.Paulo. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/justica-cassa-liminar-que-proibia-governo-de-comemorar-golpe-de-64.shtml>> Acessado em: 18 de abril de 2019.

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar**. Ed. Record, São Paulo, edição 9, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

MELLO, Patrícia Campos. **Militares desempenham papel de excelência no governo, diz Toffoli**. Folha de S.Paulo. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/militares-desempenham-papel-de-excelencia-no-governo-diz-toffoli.shtml>> Acessado em: 18 de abril de 2019.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. Sobre o Memorial da Resistência. 2019. Disponível em: <<http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/default.aspx?mn=4&c=83&s=0>> Acessado em: 26 de setembro de 2019.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. Exposição de Longa duração. 2019. Disponível em: <<http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/default.aspx?mn=37&c=exposicoes&mod=longaduracao>> Acessado em: 12 de agosto de 2019.

NASCIMENTO, Amanda Carolyn Alves; OLIVEIRA, Karolyne Thracy de Sousa; DIAS, Nadja Clícia Viana; REIS, Marcela Miranda Félix dos. **A ditadura militar e a censura no jornal impresso (O estado de São Paulo)**. Ouro Preto. 2013.

NEVES, Kátia Regina Felipini. **A potencialidade dos lugares de memória sob uma perspectiva museológica processual: um estudo de caso.** O Memorial da Resistência de São Paulo. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Lisboa. 2011.

NORA, Pierre. **Entre memória e história. A problemática dos lugares.** Tradução de Yara Aun Khoury. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. Projeto História, São Paulo. n. 10, 1993.

OPINIÃO Pública. **Maioria rejeita comemoração de aniversário de golpe militar de 64.** Datafolha Instituto de Pesquisas. 2019. Disponível em:

<<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/04/1987703-maioria-rejeita-comemoracao-de-aniversario-de-golpe-militar-de-64.shtml>> Acessado em: 18 de abril de 2019.

OPINIÃO Pública. **Brasileiros veem Forças Armadas como instituição mais confiável.** Datafolha Instituto de Pesquisas. 2019. Disponível em:

<<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/04/1987746-brasileiros-veem-forcas-armadas-como-instituicao-mais-confiavel.shtml>> Acessado em: 18 de abril de 2019.

OSÓRIO, Luiz Camillo. **Opinião 65 - 50 anos depois.** Prêmio Pipa. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em:

<<http://www.premiopipa.com/2016/03/opiniao-65-50-anos-depois-reconta-a-historia-da-mostra-que-reuniu-artistas-da-nova-figuracao-brasileira/>> Acessado em: 10 de setembro de 2019.

PASQUINI, Patrícia. **905 dos eleitores de Bolsonaro acreditam em fake news, diz estudo.** Folha de S.Paulo. 2018. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/90-dos-eleitores-de-bolsonaro-acreditaram-em-fake-news-diz-estudo.shtml>> Acessado em: 18 de abril de 2019.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3. 1989.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROSSINI, Elcio. *Cenografia no teatro e nos espaços expositivos: uma abordagem além da representação*. Campinas/SP, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v24n3/a01v24n3>> Acessado em: 15 de novembro de 2019.

SALDAÑA, Paulo. **Saiba como surgiu o termo "ideologia de gênero"**. Folha de S.Paulo. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/10/saiba-como-surgiu-o-termo-ideologia-de-genero.shtml>> Acessado em: 18 de abril de 2019.

SÃO PAULO, Folha de. **Ministro diz que não houve golpe em 1964 e que livros didáticos vão mudar**. Folha de S.Paulo. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/livros-didaticos-vao-negar-golpe-militar-e-ditadura-diz-ministro-da-educacao.shtml>> Acessado em: 18 de abril de 2019.

SÃO PAULO, Folha de. **Governo corta R\$ 12 milhões em verbas para o Museu Nacional**. Folha de S.Paulo. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/05/governo-corta-r-12-milhoes-em-verbas-para-o-museu-nacional.shtml>> Acessado em: 10 de setembro de 2019.

SÃO PAULO. Lei n. 2.034, de 30 de dezembro de 1924. Reorganiza a Polícia do Estado. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1924/lei-2034-30.12.1924.html>> Acessado em: 21 de agosto de 2019.

SÃO PAULO. Decreto n. 4.780-A, de 28 de novembro de 1930. (A Delegacia de Ordem Política e Social fica desdobrada em duas: a Ordem Política e a Ordem Social, ambas sob a direção imediata do Chefe de Polícia). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1930/decreto-4780A-28.11.1930.html>> Acessado em: 21 de agosto de 2019.

SÃO PAULO. Decreto n. 20.728, de 4 de março de 1983. (Extingue o Departamento de Ordem Política e Social e dá outras providências). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/198766/decreto-20728-83>> Acessado em: 21 de agosto de 2019.

SÃO PAULO. Decreto n.46.507, de 21 de janeiro de 2002. (Cria, na Secretaria da Cultura, o Museu do Imaginário do Povo Brasileiro e dá outras providências correlatas). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://leisestaduais.com.br/sp/decreto-n-46507-2002-sao-paulo-cria-na-secretaria-da-cultura-o-museu-do-imaginario-do-povo-brasileiro-e-da-providencias-correlatas>> Acessado em: 21 de agosto de 2019.

SÃO PAULO. Decreto n.46.508, de 21 de janeiro de 2002. (Cria, na Secretaria da Cultura, o Memorial do Cárcere e dá providências correlatas). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/164963/decreto-46508-02>> Acessado em: 21 de agosto de 2019.

SÃO PAULO. Decreto n.46.900, de 21 de janeiro de 2002. (Cria, na Secretaria da Cultura, o Memorial da Liberdade e dá providências correlatas). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/93918/decreto-46900-02>> Acessado em: 21 de agosto de 2019.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n° 48.461, 20 de janeiro de 2004. Diário Oficial, Poder Executivo, 21 jan. 2004. p.2. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/49351>> Acessado em: 26 de agosto de 2019.

SCHROEDER, Caroline Saut. A censura política às artes plásticas em 1960. Anais do IX Fórum de Pesquisa em Arte. Curitiba: ArtEmbap, 2013. Disponível em: <http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/Forum/IX_Forum_de_Pesquisa_em_Arte/Anais/010_Caroline_Staut_Schoeder.pdf> Acessado em: 19 de abril de 2019.

SIQUEIRA, Júlia de P.M. Opinião 65 está de volta. Olhares sobre a Arte Contemporânea. 2015. Disponível em: <<https://olharessobrearte.wordpress.com/2015/12/21/opinioao-65-esta-de-volta/>> Acessado em: 10 de setembro de 2019.

SPINDEL, Arnaldo. Coleção **Primeiros Passos: o que são ditaduras**. São Paulo: editora brasiliense. 1ª ed. 1981.

VALENTE, Rubens. **Ordem para celebrar golpe é inédita nos últimos 20 anos e incomoda também militares.** Folha de S.Paulo. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/ordem-para-celebrar-golpe-e-inedita-nos-ultimos-20-anos-e-incomoda-tambem-militares.shtml?loggedpaywall>> Acessado em: 18 de abril de 2019.

ZANINI, Fábio. **Após anos de ostracismo, Clube militar volta ao centro do poder com Bolsonaro.** Folha de S.Paulo. 2019. Disponível em: <<https://saidapeladireita.blogfolha.uol.com.br/2019/04/10/apos-anos-de-ostracismo-clube-militar-ve-sua-ideias-triunfarem-com-bolsonaro/>> Acessado em: 18 de abril de 2019.

APÊNDICE A - Entrevista

Maria Cristina Oliveira Bruno é Museóloga do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo (USP) e professora titular de Museologia na USP. Participou ativamente durante os processos que envolveram a criação do Memorial da Resistência de São Paulo, durante sua carreira tem-se dedicado às questões teórico-metodológicas que permeiam as áreas de gestão e planejamento de museus e instituições afins.

As questões foram estruturadas em 3 tópicos.

Tópico 1 - Sobre a Professora Cristina Bruno

1) Por quê a Prof^a foi escolhida para participar da elaboração do plano museológico do Memorial da Resistência de São Paulo?

Como museóloga e professora de Museologia tenho me dedicado à especialização teórico-metodológica nas questões que envolvem a gestão e o planejamento de museus e instituições congêneres. Neste sentido, em um primeiro momento, recebi o convite de Marcelo Mattos Araujo (então diretor da Pinacoteca do Estado) para integrar um grupo que fez o estudo básico sobre a viabilidade e perspectivas para a instalação de um memorial sobre a temática referente ao Lugar da Memória vinculado aos períodos de ditadura. Depois, em um segundo momento, fiz parte da equipe que implantou as bases para o referido memorial. Após esta experiência fui chamada para realizar o Plano Museológico, trabalho que contou com a participação de Beatriz Cavalcanti e Francisca Figols (ambas museólogas) e com a interlocução direta com a coordenadora do MRSP – Kátia Felipini e outros profissionais da instituição e da Pinacoteca.

Tópico 2 - Sobre o prédio do Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP)

2) O Museu do Imaginário do Povo Brasileiro, inaugurado no prédio anteriormente a criação do MRSP, teve seu fim com o decreto que o revogou (em 2004), ou foi realocado para outro local, permanecendo de alguma forma em atividade?

O Museu do Imaginário do Povo Brasileiro, projeto do qual também integrei a equipe que o concebeu, não chegou a ser implantado. Cabe registrar que para essa instituição foi elaborado um minucioso programa museológico.

3) Anteriormente ao projeto museológico do MRSP, foi cogitado em algum momento, a criação de um Museu em vez de um Memorial, voltado à temática da resistência política e direitos humanos?

Durante o período das discussões e dos estudos, mencionados na primeira resposta, esta questão foi muitas vezes colocada. Ao final, a opção foi por estabelecer as premissas de um memorial.

4) Sobre o antigo Memorial da Liberdade, anterior ao MRSP, foi criado um Plano Museológico, planejamento estratégico, ou algum outro documento de caráter norteador para esta instituição?

De acordo com os estudos realizados não identificamos nenhum documento desta natureza.

Tópico 3 - Sobre a exposição de longa duração do MRSP

5) Quais foram as escolhas expográficas que guiaram a criação da exposição de longa duração? Ex: Narrativa, paleta de cores, iluminação, cenografia, uso do espaço, áudios, vídeos, suportes expográficos, entre outros.

De acordo com o programa museológico para implantação do MRSP, o conceito gerador e a narrativa deste discurso expositivo representaram papel central para a configuração do perfil institucional e patrimonial do que se pretendia para o projeto. Partimos da ideia (e realidade do espaço) que a questão era focalizar um espaço prisional, de convivência e resistência, e a partir dele expandir para a historicidade do edifício, a linha do tempo político do país, as resistências externas etc etc. Assumindo este eixo temático central, foram delineadas as Linhas de Ação Museológica do MRSP.

Desde o início dos trabalhos compartilhamos as ideias e as discussões com os protagonistas deste espaço prisional: os ex-presos. A equipe sempre contou não só com esses protagonistas, mas com profissionais de diferentes especialidades, como comunicação visual, multimídias, maquetes, cenografia etc. A partir das distintas especialidades e responsabilidades, as opções eram elaboradas, propostas para o grupo, discutidas e implementadas. Publicamos um livro sobre esses processo de trabalho que conta em detalhes toda essa trajetória.